



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

BEATRIZ BRITO DA SILVA

**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR COMO FONTE
DOCUMENTAL**

FORTALEZA
2019

BEATRIZ BRITO DA SILVA

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR COMO FONTE
DOCUMENTAL

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Dra. Juliana Buse de Oliveira.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S578p Silva, Beatriz Brito da.
Patrimônio documental da Ditadura civil-militar como fonte documental / Beatriz Brito da Silva. – 2019.
78 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Juliana Buse de Oliveira.
1. Patrimônio documental. 2. Ditadura civil-militar. 3. Memórias Reveladas: as Lutas Políticas no Ceará (1964-1985). I. Título.

CDD 020

BEATRIZ BRITO DA SILVA

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR COMO FONTE
DOCUMENTAL

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: 17 / 12 / 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dra. Juliana Buse de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof(a). Dra. Virgínia Bentes Pinto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. Márcio de Assumpção Pereira da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Hamilton Rodrigues Tabosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter suprido todas as minhas necessidades.

Aos meus pais que fizeram de tudo para me concederem uma vida e estudos de qualidade.

Ao Arquivo Público do Ceará pela disponibilização dos documentos que foram bases para a discussão.

A Prof. Dr. Juliana Buse de Oliveira, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

E finalmente a mim mesma que suportei todos os obstáculos da vida acadêmica.

RESUMO

No presente trabalho acadêmico estuda-se o patrimônio documental da Ditadura civil-militar, como fonte documental, com direcionamento as instituições de ensino públicas. Com o objetivo de analisar parte do patrimônio documental da Ditadura civil-militar do Ceará como forma de explicar este período histórico, expor a sociedade o conceito e a importância do patrimônio documental para a Ditadura civil-militar e apresentar a importância da preservação do mesmo. Metodologicamente aderiu-se a análise de conteúdo por categoria com vertente qualitativa aplicada aos documentos disponibilizados pelo Arquivo Público do Ceará que possui o Projeto Memórias Reveladas: as Lutas Políticas do Ceará (1964-1985). Resultando na compreensão dos ocorridos e o fato de tornar públicos os registros a sociedade que de certa forma ainda vivem as consequências da Ditadura. Enfim, quando tornamos públicos documentos que para a maioria das pessoas é tido como restrito e esclarecemos seu conteúdo trazemos a compreensão do período ao qual este foi criado e qual a importância de tais informações para a sua educação e por fim a importância de sua preservação para que as posteriores gerações venham conter esse conhecimento.

Palavras-chave: Patrimônio documental. Ditadura civil-militar. Memórias Reveladas: as Lutas Políticas do Ceará (1964-1985).

ABSTRACT

In the present academic work we study the documentary heritage of the civil-military dictatorship, as a documentary source, directed at public educational institutions. In order to analyze part of the documentary heritage of the Ceará civil-military dictatorship as a way to explain this historical period, to expose the concept and importance of documentary heritage for the civil-military dictatorship and to present the importance of preserving it. Methodologically, content analysis by category was adhered to, with qualitative aspects applied to documents provided by the Public Archive of Ceará, which has the Project Memories Revealed: Ceará's Political Struggles (1964-1985). Resulting in the understanding of the events and the fact of making public the records to society that somehow still live the consequences of the dictatorship. Finally, when we make public documents that for most people are considered restricted and clarify their content, we bring an understanding of the period in which it was created and how important such information is for their education and ultimately the importance of preserving it for their own sake. that later generations will contain this knowledge.

Keywords: Documentary Heritage. Civil-military dictatorship. Memories Revealed: The Political Struggles of Ceará (1964-1985).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Demonstrativo da amostra.....	35
-----------	-------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964 - 1985)	12
3	PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA.....	15
3.1	Importância da preservação do patrimônio documental da ditadura civil-militar brasileira.....	17
3.2	Deterioração do patrimônio documental da ditadura civil-militar brasileira.....	20
3.2.1	<i>Conservação e restauro do patrimônio documental da Ditadura civil- militar brasileira.....</i>	22
4	METODOLOGIA.....	24
4.1	Técnicas de análise de conteúdo.....	26
4.1.1	<i>Preparação das informações.....</i>	26
4.1.2	<i>Unitarização ou Transformação do conteúdo em unidades.....</i>	27
4.1.3	<i>Categorização ou Classificação das unidades em categorias.....</i>	27
4.1.4	<i>Descrição.....</i>	28
5	ANÁLISE DOS DADOS.....	35
6	CONCLUSÃO.....	40
	REFERÊNCIAS.....	43
	ANEXO A – DOCUMENTOS ANALISADOS.....	46

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a citação: “[n]ova ordem político-institucional, que tem como característica básica o gerenciamento do Estado por sucessivos governos militares até 1985” (CARDOSO, 2012). Modo suave de caracterizar um movimento civil-militar que tirou Jango do poder e implantou uma intensa repressão em todos os âmbitos, seu principal objetivo era evitar qualquer ideia oposta sobre o regime, para isso fez uso de tortura, prisões, cassações, triagem ideológica e intervenção dos sindicatos.

Utilizando como base para a pesquisa esse período histórico, procurou-se analisar a definição de patrimônio documental, do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que o define como aquele “[...] que se encontra em bibliotecas, em arquivos e que constitui uma parte primordial desta memória do mundo e que reflete a diversidade dos povos, das línguas e das culturas.”. (PALMA PEÑA, 2011, p.294)

Será que a sociedade acredita no conceito supracitado ou nem mesmo compreende tal concepção e sua importância? O corpo social necessita perceber a existência do patrimônio documental, principalmente, do que será tratado aqui. Pois este cultiva características do terror que foi a Ditadura civil-militar. Enfim, a sociedade, além disso, também deve aprender a utilizá-lo e preservá-lo, como cita Araújo (2014) “A Ciência da Informação trabalha com a preservação da informação, sua conservação”. Então é de extrema importância que essa área da Ciência da Informação seja explorada.

Os comportamentos sociais, a cidade, também transmitem informação sobre a cultura, às ideias do povo e da história como bem afirma Weyrauch (1996) sobre a cidade como um sistema de informações cuja configuração depende do lugar social de onde cada um a vê e a lê, da qualidade do processo de transformação pelo qual passa a cidade, e do acesso (ou não) de seus cidadãos aos canais de informação existentes. Dessa forma, será trabalhado o patrimônio documental do período anteriormente exposto, com foco no estado do Ceará.

A filosofia de Foucault (1987, p.12), diz “[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam [...]”. Essa afirmação nos faz refletir sobre as consequências trazidas as pessoas e registradas nos documentos avaliados, que nos possibilita usá-los como fonte de pesquisa, Foucault mostra o corpo como exemplo, mas não somente o corpo físico humano, mas também o corpo documental

que é capaz de guardar um período importante.

Então considerando o exposto acima, além das pesquisas realizadas em livros, este trabalho utilizou-se da citação de Gil (2010, p.50), ao confirmar que “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados constituídos principalmente de livros e artigos científicos”, porém não se limita apenas a estes suportes de pesquisa, é importante a consulta a fontes secundárias na justificação teórica do explorador.

Buscando documentos para realizar esta pesquisa foram encontrados livros cujos conteúdos são formados por uma junção de depoimentos daqueles que passaram pelo período do golpe de 64, alguns títulos são: “Comissão da verdade da UFRN”, de 2015; Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964 - 1985), de 2012; As garras do condor: trama nos bastidores da ditadura, de 2011 entre outros muitos títulos que existem.

Além disso, será trabalhado o projeto “Memórias Reveladas”, ¹que surgiu dentro de um país federativo de dimensões continentais que passou 21 anos inseridos em uma Ditadura civil-militar, este foi implementado para que houvesse a valorização do patrimônio documental e resgate histórico das lutas políticas ocorridas entre 1960-1980, utilizando-se da ampla rede de arquivos. Dentre estes o Arquivo Público do Ceará que é o responsável pela salvaguarda do patrimônio documental do estado do Ceará.

Com foco no arquivo mencionado acima, o qual disponibilizou todo o acervo documental deste período, colaborando assim, com o desenvolvimento desta pesquisa. Acervo este que chegou ao arquivo de maneira bem inusitada. Certo dia um telefonema anônimo pedindo para que comparecessem a um terreno baldio que lá teriam documentos de interesse do arquivo, chegando ao local encontraram vários documentos dos anos de chumbo em situação precária, estes foram trazidos para o arquivo, tratados e arquivados para a partir daí servir de fonte de informação a sociedade, possibilitando assim, que o arquivo fizesse parte do projeto “Memórias Reveladas” do Arquivo Nacional, porém no Ceará possui o nome de “Memórias Reveladas: as Lutas Políticas no Ceará (1964-1985)”.²

Cada uma dessas memórias revive o cenário daquela época, o que nos leva a refletir como Le Goff (2003, p.419), ao afirmar que “[...] a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um

¹ Informação fornecida pelo site do Arquivo Nacional

² Informação fornecida pelo Professor Dr. Márcio Porto, diretor do Arquivo Público do Ceará.

conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas”.

Dessa maneira, fica claro o papel importantíssimo de todos os meios e métodos de pesquisa, fontes de informação, que podemos usufruir principalmente aquelas cuja maioria das pessoas não reconhecem como documentos, alguns que não são divulgados que estão no poder de pessoas responsáveis pela “Comissão da verdade”, ou simplesmente aqueles que são irrestritos, mas a sociedade não conhece a sua existência, como é o caso do acervo do projeto do Arquivo do Ceará.

Então permanece a questão: De que forma utilizar o patrimônio documental que não foi divulgado para fazer com que a sociedade compreenda o período da Ditadura civil-militar, como se desenvolviam os acontecimentos, como era a justiça naquela época e de que maneira foram registrados os conteúdos que formam os documentos que integram o projeto “Memórias Reveladas: as Lutas Políticas no Ceará (1964-1985)”?

A elaboração da presente pesquisa partiu da tentativa de conhecer e entender o período do golpe de estado civil-militar no Brasil, com foco no Estado do Ceará, que ocorreu de 31 de março de 1964 e foi concluído em 1º de abril de 1985, através do uso do patrimônio documental, deixado por aqueles que fizeram parte desse momento tão conturbado do país. Pois, “a sociedade brasileira atual ainda vive sob a sombra do ano de 1964”. (FERREIRA, 2011), para isso utilizarei os estudos dos documentos deste período. No sentido da relevância social, tal pesquisa colabora para que a sociedade entenda de forma didática esse regime repressivo tão cruel para o Brasil, principalmente, considerando que este.

É enorme a quantidade de documentos que abordam esse período histórico, desde livros relatando o ocorrido de forma objetiva, como documentos que reúnem os depoimentos e entrevistas daqueles que viveram de perto a Ditadura. Fontes de informações precisas que nos norteiam em relação a esse fato. Nesta pesquisa será utilizado da melhor maneira possível alguns dos documentos de maneira a explicar de forma precisa como o corpo documental do projeto do Arquivo Público do Ceará pode colaborar para a compreensão do objeto estudado.

A leitura do patrimônio documental do período em questão, a partir do entendimento destes como fonte de informação relevante para o contexto social, justificando assim, o fato de pesquisar este assunto, pois além de retomar um fato histórico far-se-á de maneira diferente utilizando como fonte de análise o corpo

documental de um projeto tão importante.

O objetivo desta pesquisa se faz pela análise de parte do patrimônio documental da Ditadura civil-militar do Ceará como forma de explicar este período histórico. Formando assim os objetivos específicos que se resumem em expor a sociedade o conceito e a importância do patrimônio documental para a Ditadura civil-militar e apresentar a importância da preservação do mesmo.

2 DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

A Ditadura civil-militar no Brasil foi um regime autoritário que teve início com o golpe militar, em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart. O regime militar durou 21 anos (1964-1985), e estabeleceu a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime. Isso é o conceito que se pode perceber na maioria dos livros de história, objetivamente falando foi somente isso, tal definição acaba não comportando a dimensão que esse momento possuiu e possui até hoje no país e na vida daqueles que o viveram de perto.

A implantação de uma nova ordem político-institucional no país, a partir de 1964, teve como característica básica o gerenciamento do Estado por sucessivos governos militares até 1985. O movimento civil-militar que depôs o presidente João Goulart deflagrou uma intensa repressão em todos os setores da sociedade, procurando eliminar qualquer tipo de contestação ao regime por meio de tortura, das prisões, das cassações, da triagem ideológica, da intervenção nos sindicatos, entre outras. (CARDOSO, 2012)

A sociedade brasileira do momento atual vive sob a sombra do ano de 1964. Data que marca a implantação desse regime totalitário que destruiu o brasileiro durante 21 anos. O golpe de 64 e a ditadura que se seguiu mostram o caráter daqueles que governaram nos anos de chumbo e dos que ainda hoje apoiam esse tipo de governo ditatorial e opressor.

O ilustrador inquiridor militar tampouco contabilizava na fatura do regime a tragédia humana registrada nos vergonhosos indicadores sociais do país e por IDH equiparável ao de países muito menos desenvolvidos economicamente que o Brasil, realidade que vitima milhões de cidadãos. (CARDOSO, 2012).

Houve tantas mortes por tortura, pelo simples fato de ser contra as imposições do governo, as pessoas perdiam o direito à vida. Porém, o brasileiro lembra pouco da ditadura ou prefere não recordar esses anos de guerra: em 2008, por exemplo, uma pesquisa do Datafolha mostrou que 82% dos brasileiros nunca haviam ouvido falar do Ato Institucional Número 5, o AI-5, que endureceu de vez o regime em 1968.

“Anos de chumbo” foi o nome dado ao momento mais cruel da ditadura que aconteceu no governo de Costa e Silva, até o final do Governo Médici, considerado o mais violento de todo o regime militar. Em que o número de mortes foi maior, os crimes cometidos pelo Exército eram maquiados e escondidos e ainda hoje estão para serem julgados, os jornais estavam “algemados”, repressão gigante para com a imprensa. Anos tristes que deixaram marcas sérias na nossa história.

A necessidade de estudar esse momento e fazer uma reflexão desta época findou na produção de um grande volume de documentos que tem como objetivo suprir as necessidades daqueles que querem entender os acontecimentos daquela época.

Composta por uma grande variedade de títulos concentra-se nos aspectos relativos ao político-institucional, acentuando a ideologia do Estado de Segurança Nacional, o “Milagre Econômico”, a atuação dos grupos de esquerda, o conflito Igreja versus Estado e as lutas sociais em geral. (CARDOSO, 2012)

São voltadas para esses campos citados anteriormente as produções que remetem a esse período da história, foi nessas áreas que aconteceram as maiores mudanças, o tão citado “Milagre Econômico” afundou o Brasil numa dívida externa terrível, os relatos de tortura, a impunidade. Hoje a comissão da verdade tenta sanar esses casos, somando denúncias daqueles que sofreram as repressões na época, ou mesmo familiares que enterraram seus entes queridos e até hoje não prenderam os responsáveis pela morte de cada um desses.

Alguns esquecidos ou simplesmente ignorados. Quando se trata de esquecer esses períodos,

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990)

Jacques Le Goff aborda com certo distanciamento entre o relato da história e o da memória, ele acredita que essa distância e esse provável esquecimento se dá pelo fato da história hoje em dia ser muito científica, impedindo a transmissão de sentimentos ao contar o fato. Tratando a memória como objeto de estudo somente sem expressar o que ela significa verdadeiramente.

Apesar de existirem provas, e vidas terem sido ceifadas, famílias inteiras marcadas pelo ódio militar da ditadura, ainda sim diante de todos esses fatos existem políticos defendendo uma possível intervenção militar, civis acreditando que isso seria uma solução para resolver o momento de crise que estamos passando. Enfim, opiniões daqueles que não compreendem o que foi esse momento para o Brasil.

Dentro das perspectivas dos fatos abordados anteriormente e tendo em vista os objetivos gerais citados, primeiramente, do presente trabalho acadêmico. A

questão central a ser tratada no decorrer desta obra voltada a este período histórico é o fato da abordagem do patrimônio documental que foi e ainda é produzido neste momento, que tem por tema central a Ditadura civil-militar brasileira. Assim, com a exposição posterior de determinado conceito incorporado ao patrimônio do documental e os estudos relacionados ao mesmo.

3 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

No Brasil, por mais de vinte anos, os militares e alguns setores da sociedade civil, que apoiavam seu governo, cometeram várias crueldades basicamente contra aqueles que não eram a favor do governo vigente. Quando um fato com essa dimensão para a história acontece é natural ser registrado, para aqueles que não passaram por isso entenderem este momento. Dessa forma, surgiu um grande número de documentos com conteúdos desta época, ou seja, nasce nesta ocasião o patrimônio documental da Ditadura civil-militar brasileira.

Estudar patrimônio documental é o mesmo que abordar a sociedade como um todo, levando em consideração que a explosão bibliográfica aconteceu no momento em que a humanidade começou a aumentar, em meados do século XVIII. Consequentemente, o crescimento populacional, cresceu também a quantidade dos que produzem todo e qualquer tipo de documento, nesse caso, sendo em qualquer suporte.

Com isso surgiu também o avanço das tecnologias, colaborando com o aumento desses registros e com o estabelecimento do conceito de memória e patrimônio documental, chegando à definição de “revolução documental”, que a meu ver é simplesmente uma comparação a Revolução Industrial, momento da história em que o número de fábricas e indústrias triplicou, porém nesse caso o que triplicou foram os números de documentos.

[...] as telecomunicações e a sua aplicação comercial nas empresas estão originando o nascimento de novos setores industriais, que obrigam a uma revisão da definição clássica do produto cultural.” (MONTIEL, 2003)

Tudo isso são consequências do aumento exacerbado da população. O nascimento de sociedades regido pelas imagens, textos, e sons produzidos em grandes volumes e distribuídos pelas telecomunicações. Nesse contexto, entra a informação como fruto dos conteúdos gerados pelo grande volume de documentos produzidos ao longo do tempo. Porém é o que a autora diz:

[...] a informação é aquilo cujo valor é determinado pelo tempo. Valor efêmero, pois quanto mais a informação é conhecida menos vale....A ela é preciso opôr o carácter constitutivo do saber: uma obra científica, literária ou artística não varia no seu valor. O saber não tem preço. (LAGE, 2002)

Para a autora a informação é uma das principais responsáveis para que entendamos a importância do patrimônio documental, sua preservação e tudo aquilo

que deve mantê-lo “vivo”. Preservá-lo é o mesmo que preservar a história. Quanto a sua definição:

Voltando à questão da definição de patrimônio documental e reduzindo a escala de análise do global para o nacional, observam-se as legislações de cada país e a maneira como avaliam e valorizam seu patrimônio cultural. A Espanha, através da Lei n. 16, de 25 de junho de 1985, orienta o tratamento ao patrimônio histórico espanhol como um todo, porém dedica uma seção especial aos patrimônios documental e bibliográfico e aos arquivos, bibliotecas e museus. A lei distingue patrimônio documental de patrimônio bibliográfico, tendo como base para a diferenciação a tipologia documental. (RODRIGUES, 2016)

O que podemos perceber com essa citação é que o conceito de patrimônio documental não é algo engessado, fixo, sua mudança é constante partindo de país para país, porém é de simples compreensão, pelo o que podemos notar patrimônio documental é tudo aquilo que guarda uma história, que é considerado documento, por exemplo, uma estátua pode sim ser um documento, esta conta uma história e transmite informação e conhecimento.

Compreender a noção de Patrimônio Documental - recente e em construção. Exige abordar esse panorama no campo especializado e em profunda mudança das Ciências da Informação, cuja afirmação se verifica a partir dos anos 1960, integrando a perspectiva abrangente e fragmentária da História das Populações, até chegar a uma compreensão transversal e alicerçada dos múltiplos documentos, fontes e suportes de valor patrimonial resultantes de diferentes processos socio-históricos e variadas formas de cultura. (LAGE, 2002)

Dessa forma, vai evitar contrapontos que de nada agregam nem concordam com o que é cultura. Porém, tem a ver com as opiniões pessoais quem não possibilitam o esclarecimento do valor mundial do nosso patrimônio que, mesmo tendo nascido no meio sociocultural fundamentado, é de posse de todos, de toda a sociedade, aceitando como verdadeiras as características particulares de sua gênese e do seu progresso cultural.

Com a finalidade de aproximar a definição de patrimônio documental ao que entendemos deste conceito aqui no Brasil, foi aderido ao que está disposto na lei colombiana, que diz:

Conjunto de obras ou documentos que conformam uma coleção nacional, que inclui as coleções recebidas por depósito legal e toda obra que se considere herança e memória, ou que contribua para a construção da identidade da Nação em sua diversidade. Incluem livros, folhetos e manuscritos, microformas, material gráfico, cartográfico, seriado, sonoro, musical, audiovisual, recursos eletrônicos, entre outros. (COLÔMBIA, 2010, Art. 2, trad. nossa)

A Colômbia é mais abrangente se aproximando com mais fidelidade do que se entende de patrimônio documental aqui no Brasil, pois ela valoriza toda a produção intelectual que surge no país todos os dias, juntamente com obras que tem uma importância característica que contribua para a moldagem da identidade do país, sem que haja discriminação entre os tipos de suporte dos documentos criados, sendo eles, fotos, músicas, monumentos e todos os tipos de impressos.

Conservar, defender, difundir e promover o conhecimento desses suportes de documentos considerados patrimônio documental é também conhecer a história do lugar das populações, a memória coletiva de um povo e documentos essenciais que as produzem, características essenciais nos pontos artísticos, científicos e culturais do patrimônio documental e cultural.

Um documento representa o mecanismo inventado pela humanidade para valorizar e transmitir conhecimentos às gerações futuras e ser fonte de prova factual. Concebido em sua tripla dimensão: suporte físico, criação intelectual e mensagem informativa, cujo significado é constantemente atualizado no processo de comunicação, o documento é fonte permanente de informação, é a memória da cultura humana e o testemunho dos acontecimentos da história, da vida contemporânea e do trabalho global da sociedade. Esta é a razão pela qual deve ser conservado e protegido. (BAZÁN; MONSALVO, 2009)

Terminando esse capítulo com esse conceito de documento, apresentado por essas duas pesquisadoras da área, além de ser bibliotecárias, mais uma vez como dito, anteriormente, elas defendem a preservação do patrimônio documental e afirmam que este é importante para manter a história viva.

3.1 importância da preservação do patrimônio documental da Ditadura civil-militar brasileira.

Desde sempre o homem precisou ter documentos, ter uma cultura, afinal, nos leva conseqüentemente ao surgimento destes. O registro da história e da evolução humana se deu pelo fato destes documentos terem sido gerados através de todas as ações que indicavam e ainda indicam o seu desenvolvimento da mesma. Tornando-os importantes fontes de informação sendo capazes de disponibilizar infinitos esclarecimentos.

Neste contexto, é viável compreender que uma música, um livro, um filme, um monumento de uma determinada época, são possivelmente capazes de serem utilizados como fonte de informação deixando claro o ocorrido na época em que foram criados. Tendo em vista essa carga informacional que os documentos de uma

cultura trazem, chama-se atenção a sua preservação, o quão é importante a atenção a estes.

De acordo com a citação anterior entende-se que preservar é manter intacto aquilo em sua essência, para que futuramente possa vir a ser instrumento para o conhecimento. Dessa forma, a intenção é deixar nítido a importância da preservação do patrimônio documental para que este seja uma fonte de informação rica e que supra as necessidades dos que por ele se interessam e dele necessitam.

No início das civilizações o homem já fazia registros nas paredes das cavernas como forma de gravar suas atividades rotineiras. Com o desenvolvimento da humanidade esses suportes de armazenamento foram se aperfeiçoando e foi se tornando cada vez mais necessário o desenvolvimento de técnicas que possibilitem a preservação desse patrimônio documental.

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória (INDOLFO, 2007, p. 29).

Diante da conjuntura anteriormente apresentada, voltemos o foco da pesquisa aplicando os conceitos esclarecidos, a priori, para o momento da Ditadura civil-militar brasileira. Levando em consideração o fato dos documentos guardarem uma história, desse momento tão cruel que perdurou por 20 anos aqui no Brasil, a quantidade de informação que o patrimônio documental dessa época guarda é incalculável. Sua preservação garantiria o acesso da sociedade aos fatos terríveis ocorridos, a compreensão da história e conseqüentemente a conscientização ideológica.

Perante esses fatos, é perceptível a necessidade da preservação da documentação desse período, uma vez que uma boa parte desses documentos podem e devem ser acessíveis a sociedade, para que haja compreensão da gravidade do ocorrido e como consequência desse entendimento o não apoio a um regime desse porte no nosso país novamente. Enfim, uma sociedade sem conhecimento está fadada a repetir os mesmos erros com a escolha de governos ditatoriais.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina em um de seus artigos que:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...] (BRASIL, 1988, p. 18, Art.23).

É obrigação do Estado disponibilizar essa proteção ao patrimônio documental de modo, a garantir que as gerações futuras brasileiras tenham acesso e compreendam os anos que detiveram a Ditadura civil-militar no Brasil. Como foi citado a princípio o patrimônio documental brasileiro é tudo aquilo que é material e imaterial que formam a memória da sociedade. E sua preservação não é dever somente do Estado, a Constituição Federal de 1988 cita:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, p. 123).

Nós que formamos a sociedade brasileira somos responsáveis também pela guarda destes documentos que comprovam uma época forte na política do Brasil, afinal, a memória de todos é capturada e fica para sempre aderidos na nossa cultura, mostrando quem realmente somos. A preservação do patrimônio documental da Ditadura civil-militar traz um vínculo maior do corpo social com este, formando uma identidade, pois com o contato direto contribui para a criação de uma memória, talvez até crítica sobre o período, trazendo à tona todas as significações que essa gama de documentos pode trazer.

Diante de tudo aquilo que foi apresentado neste capítulo trago o conceito de preservação adotado pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 135)

A preservação do patrimônio documental é de colossal importância, pois objetiva a proteção dos documentos, em variados suportes, de viáveis deteriorações que o acervo documental possa vir sofrer. Para que ela seja possível, é essencial a análise de diversos fatores de deterioração, podendo estes serem internos ou externos. Cabe salientar que, não importa o motivo de custódia dos documentos, a preservação é fundamental para conservar o bom estado físico dos suportes, evitando assim a deterioração do patrimônio documental.

3.2 Deterioração do patrimônio documental da Ditadura civil-militar brasileira.

A deterioração do patrimônio documental é uma realidade, pois é fato que há muito tempo vem se perdendo no decorrer da história informações que são contidas nesses suportes por falta de sua preservação e/ou restauro. Não é diferente com os documentos que contêm as informações importantíssimas da Ditadura civil-militar brasileira, por motivos claros de descaso ou mesmo por ideologias essas manifestações desse período histórico brasileiro são esquecidas e acabam se deteriorando de forma irreversível.

Fica ao Estado o dever de manter seguros e preservados os documentos importantes para história de um país, este deve reconhecer o compromisso de salvaguardar o montante destes documentos, basicamente, para proporcionar a comunidade o alcance aos documentos sob seu poder. Como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina em seu artigo 23.

Porém, assim como o Estado tem responsabilidade com esses documentos a sociedade tem o dever de zelar o patrimônio também, considerando que as memórias de um país inteiro dependem disso. No caso da Ditadura civil-militar vai além de somente salvaguardar os mesmo, para o patrimônio documental da mesma significa provas de vários crimes e conscientização de um corpo social inteiro sobre as consequências que esse período nos trouxe. Enfim, a acessibilidade a tais documentos em bom estado proporciona à sociedade o reconhecimento de sua identidade e a moldagem de um pensamento crítico. Em relação a este fato Castro menciona:

A preservação [...] do patrimônio constituem-se como empreendimentos culturais direcionados a prolongar a vida útil dos objetos materiais e, assim possibilitar a relação dialógica com estes bens culturais portadores de múltiplas significações (CASTRO, 2008, p.12)

Portanto, esclareceu-se a importância da preservação dos documentos, pois existem fatores de deterioração, principalmente para os de suporte em papel, sendo estes os que trataremos no decorrer deste trabalho. O papel é sensível a agentes deteriorantes, sejam eles físicos, químicos ou biológicos, por exemplo: umidade, temperaturas altas, iluminação, insetos, acidez. Assim como expõe Yamashita e Paletta:

O papel é o suporte mais comumente utilizado como fonte de registro da informação. Da Antigüidade aos nossos dias, sua fabricação sofreu inúmeras modificações. Na década passada viu-se crescer nas partes mais ricas do mundo o uso de papel alcalino para a produção de livros. Porém, em alguns países quase todo o papel disponível, a preço acessível, era

muito ácido, dificultando a capacidade das bibliotecas e arquivos de garantirem a longevidade de seus acervos. A rápida deterioração da maioria dos livros e documentos é o subproduto mais visível dos muitos fatores que se combinam para ameaçar a longevidade dos registros de informação. (YAMASHITA; PALETTA, 2006)

Entre os fatores de deterioração físicos mais comuns estão a umidade e o calor ou frio excessivos, estes podem facilitar a contorção das fibras do papel, ademais propiciam o aumento dos agentes biológicos, sendo bactérias, insetos e fungos que se aproveitam do clima extremo para se multiplicarem, como também a falta de ventilação. A luminosidade também é um fator de deterioração se não estiver na dosagem correta pode vir a deixar pálido ou “queimar” o papel. Além disso, vários outros elementos torna propícia a deterioração, como, infiltrações no ambiente, enchente, incêndios, utilização de materiais degradantes, como fitas adesivas, cliques metálicos, grampos entre outros.

Os fatores químicos apresentam-se em escalas maiores, são desenvolvidos por problemas ambientais sérios, como a poluição atmosféricas e/ou ambiental que traz consigo os gases tóxicos que degradam as fibras do papel e propiciam também o aparecimento de microorganismos, além do mais aumenta a acidez e alcalinidade do papel.

E por fim os fatores biológicos que acabam sendo o mais preocupante pelo fato de serem o resultado de todos os outros citados anteriormente. Os fatores biológicos são os mais prejudiciais e na maioria das vezes irremediáveis. Dentre os quais estão os microrganismos mais citados como vilões da boa forma do papel são os fungos e bactérias, insetos são estes roedores, baratas, traças, cupins que destroem o papel de forma incorrigível e seres humanos estes são os piores, pois possuem consciência e mesmo assim alimentam-se sobre os documentos, manuseiam com as mãos sujas ou suadas, rasuram as folhas, dobrando, amassando, riscando ou até perdendo parte delas, expõem os documentos a raios solares, além disso, utilizam materiais nocivos ao papel já citados anteriormente, estes, grampos, fitas adesivas e cliques metálicos.

A deterioração do patrimônio documental é realidade, mas devemos nos conscientizar e buscar um meio de preservação, em especial dos que trazem informação sobre a Ditadura civil-militar, para que dessa forma a sociedade tenha acesso e se tornem cidadãos criticamente evoluídos e não corram o risco de se

submeterem novamente a este sistema repressivo.

3.2.1 Conservação e restauro do patrimônio documental da Ditadura civil-militar brasileira.

Conservação e restauro são atividades que tem por finalidade, respectivamente, a salvaguarda ou a reparação de toda e qualquer obra, seja em qual for o suporte. Dessa forma, é válido pensar que com tais técnicas citadas, anteriormente, seria mais fácil tornar a vida útil de um documento mais viável, um objetivo de mais fácil alcance. No contexto que será abordado este assunto, trata-se destas práticas aplicadas nos documentos da Ditadura civil-militar.

A conservação preocupa-se em recuperar os documentos já deteriorados ou estabilizar o processo já iniciado; intervindo através de procedimentos específicos, assegurando a proteção física dos documentos (CASSARES, 2000).

Há diversos fatores pelos quais um documento possa vir a sofrer variados tipos de deterioração. Todo esse processo inicia-se na fabricação do documento, pois o papel moderno, sendo este utilizado atualmente é constituído da pasta da celulose de uma planta conhecida como Eucalipto, ou seja, sua essência é a madeira. Material este que se torna bastante ácido com o passar do tempo, tornando o papel amarelado e bastante frágil sendo possível se desmanchar em pouco tempo.

Esse tipo de papel tem forte tendência a se tornar ácido, devido a lignina presente na madeira, à cola de alume (sulfato de alumínio) e resinas utilizadas na impressão. Ao longo dos anos, essas substâncias vêm absorvendo a poluição atmosférica e a incidência da luz natural e/ou artificial, tornando o papel ácido e, portanto, frágil. Dessa forma, o pH do papel torna-se elevado. Se estiver entre 0 e 7 denota papel ácido e, entre 7 e 14, o papel alcalino. (BIBLIOTECA BRITÂNICA, 2009)

Esta consequência nos leva a pensar que se a mesma chegar a ocorrer seja em qual for o acervo, causará prejuízos inimagináveis tanto em custos como em perda de informações importantes, e a maior atingida é a sociedade. A ocorrência da perda do patrimônio da Ditadura civil-militar tornará o nosso corpo social alienado sobre o período aqui tratado e suas consequências trágicas presentes até hoje.

Outro fator de deterioração também bastante forte é o clima presente no Ceará sendo este predominantemente semiárido quente, onde as secas são periódicas e os índices pluviométricos são baixos. As médias de temperatura variam conforme cada região do estado, sendo que no litoral, o clima é quente semi úmido com temperatura média de 27°C. Desse modo, colabora de maneira concreta para a deterioração dos documentos, deixando-nos correr o risco de perder informações

valiosas, principalmente, se tais documentos forem relacionados a Golpe de 64.

Além disso, a ação dos insetos e pragas, temos também os materiais utilizados tanto na confecção do documento como os utilizados a posteriori em sua etiquetagem, por exemplo, fitas adesivas que deixam cola ou rasgam, cliques e grampos que oxidam. Como também as ações da natureza, não somente o clima, mas a umidade.

À vista dos fatores citados anteriormente podemos compreender os motivos pelos quais se torna tão importante o desenvolvimento de técnicas de conservação e restauro para aqueles documentos que sofrem com a ação química de seus componentes e com a ação também expressa da natureza ou ainda do próprio ser humano por não saber manuseá-los.

É significativo para o patrimônio documental da Ditadura civil-militar que haja uma preservação concreta do mesmo de forma a garantir a sociedade presente e futura o acesso aos mesmos para que seja possível o letramento informacional, ou seja, a não alienação. Trazendo como consequência a defesa do corpo social de Golpes como estes que perdurou durante 21 anos aqui no Brasil.

A preservação é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais. (CASSARES, 2000, p.12).

Por fim, é fundamental o investimento em políticas de preservação que comportem todos os modelos de conservação e restauro em todos os suportes, sendo estes voltados para o patrimônio documental referente a ditadura civil-militar brasileira. Possibilitando que no futuro próximo esses documentos salvaguardados estejam disponíveis tanto para a sociedade comum como para os pesquisadores interessados neste campo de estudo.

[...] o essencial é aproveitar ao máximo os recursos existentes para a preservação dos acervos legados pelo passado, com o objetivo de colocá-los à disposição dos estudiosos e pesquisadores. O conceito de preservação deve ser assimilado pelos profissionais de informação. (THE BRITISH LIBRARY NATIONAL PRESERVATION OFFICE, 2009, p.22)

Pois, é de extrema importância a disseminação desse patrimônio documental para a sociedade de maneira que estejam em boas condições.

4 METODOLOGIA

A metodologia escolhida é basicamente o caminho que o pesquisador vai traçar para atingir os objetivos gerais e específicos propostos no início da pesquisa.

Como cita Bruyne 1991:

[...] a metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos. A metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados. (BRUYNE, 1991)

Com o objetivo de alcançar um entendimento integral do objeto de estudo, é fundamental a utilização do método mais adequado para a pesquisa garantindo que este também nos dê base teórica para o desenvolver da análise, pois a teoria ali inserida é inseparável do método escolhido, “[...] devendo ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto, ou um problema de investigação” (MINAYO, 2001, p. 44).

A abordagem qualitativa trabalha com a investigação científica com foco no cunho intrínseco do objeto explorado, observando as suas peculiaridades e práticas particulares, por exemplo. Assim, menciona Gaskell (2002, p. 65) sobre a pesquisa qualitativa, que esta:

[...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (GESKELL 2002, p.65)

O desenvolver da pesquisa respeita o que foi citado na introdução deste trabalho acadêmico de forma que chegue aos objetivos que são: Analisar parte do patrimônio documental da Ditadura civil-militar do Ceará como forma de explicar este período histórico; Expor a sociedade o conceito e a importância do patrimônio documental para a Ditadura civil-militar e Apresentar a importância da preservação deste patrimônio.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados o estudo se desenvolverá de acordo com as pesquisas bibliográficas, que como citado por Severino (2007), progride partindo do:

[...]registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador

trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Sendo assim, esta pesquisa é desenvolvida a partir de livros, artigos e todo o aparato bibliográfico disponível sobre determinado assunto que nos permite ter acesso a uma base teórica concreta dando maior prestígio ao estudo.

Ademais, a pesquisa documental que também de acordo com Severino (2007):

[...]fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p.122).

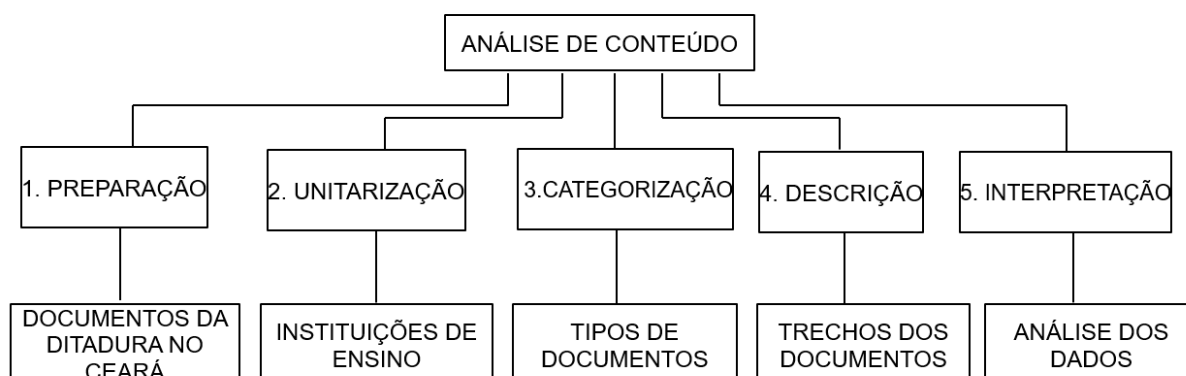
O tipo de pesquisa supracitado nos permite analisar documentos que não foram estudados a fundo, algo mais bruto no sentido de avaliação de um pesquisador. A maior diferença entre esses dois tipos de pesquisa são quanto às fontes, todavia no presente texto acadêmico ambas trabalharão juntas para melhor satisfazer os objetivos anteriormente mencionados.

O método utilizado será a análise de conteúdo com vertente qualitativa, pois tratam-se de documentos, agora públicos, sobre um período tenebroso que perpetuou no Brasil durante 21 anos e causou danos irreparáveis ao país e aos seus habitantes, principalmente aos torturados e suas famílias. De acordo com Bardin (2011) análise de conteúdo é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

O conjunto de técnicas acima mencionado permite ser aplicado em diversos tipos de pesquisa e formas de comunicação, não importando o suporte que esteja os documentos analisados para o desenvolver do tal método de científico, ou seja, este supre as necessidades do pesquisador de modo que alcance os objetivos pretendidos. Nesse método o pesquisador procura entender as peculiaridades que estão contidas nos discursos considerados.

4.1 Técnicas de Análise de Conteúdo



Fonte: Criado pela autora.

A análise de conteúdo é um método de pesquisa científica que se divide basicamente em três fases como cita Bardin (2011):

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três pólos cronológicos:

- 1) a pré-análise;
 - 2) a exploração do material;
 - 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.
- (BARDIN 2011, p.125)

Contudo de acordo com Moraes (1999) essas três fases se diluem em cinco etapas sendo estas, Preparação das informações; Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; Categorização ou classificação das unidades em categorias; Descrição e por fim a interpretação, que serão melhor abordadas nas seções posteriores.

4.1.1 Preparação das informações

Neste primeiro momento os documentos escolhidos devem ser suficientes para o desenvolver das pesquisas, como cita Moraes (1999) em “Os documentos assim incluídos na amostra devem ser representativos e pertinentes aos objetivos da análise. Devem também cobrir o campo a ser investigado de modo abrangente.”

A fase de pré-análise em que o pesquisador escolherá os documentos a serem analisados em qual campo de pesquisa atuará. É uma fase de organização em que se fará leituras superficiais dos documentos escolhidos.

É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. [...] Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a *escolha dos documentos* a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objetivos* e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. (BARDIN 2011, p. 125)

Na presente pesquisa optou-se por analisar os documentos da Ditadura civil-militar disponibilizado pelo Arquivo Público do Ceará contidos dentro do projeto “Memórias Reveladas” que foi uma iniciativa do Arquivo Nacional com a colaboração dos arquivos estaduais.

4.1.2 Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades

Esta fase trata-se da escolha de uma unidade de análise que de acordo com Moraes (1999) “[...] é o elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação.”. Essa classificação será tratada posteriormente.

A fase de exploração do material trata-se do recorte do material selecionado e de que forma este será contado e a escolha das categorias ao qual serão separados para uma melhor análise.

[...] a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas por computador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. (BARDIN 2011, p. 125)

O recorte é definido na escolha dos documentos que se referem a educação, todos os que registram atos relacionados a perseguições a instituições de ensino públicas, a discentes e docentes daquela época.

4.1.3 Categorização ou classificação das unidades em categorias

Nesta etapa serão estabelecidas categorias que consistem em agrupar partes dos documentos de acordo com o que estes apresentam em comum, como cita Moraes (1999):

A categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas. (MORAES, 1999)

Preferiu-se dividir as categorias baseadas na classificação realizada pelo próprio Arquivo Público do Ceará, esta consiste nos gêneros de documentos, sendo estes formados por. Cada categoria terá seu próprio número que será utilizado nas

demais etapas da análise de conteúdo, da maneira abaixo apresentada:

1. Denúncias
2. Encaminhamentos
3. Informações
4. Informes
5. Inquéritos
6. Laudos Periciais
7. Mandados de busca e apreensão
8. Relatórios
9. Requerimentos
10. Sinopses informativas

Assim, encontram-se uma diversidade de tipos de documentos. Cada categoria com a sua incumbência e objetivo. Eles podem declarar, anunciar, requerer, estabelecer uma relação de direito, efetivar dentre outras. Podendo conter várias páginas, relativas a conteúdos específicos relacionados à pessoa física ou jurídica. De acordo com:

Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso. (ALUNOS DA DISCIPLINAS DE INTRODUÇÃO A ARQUIVOLOGIA DA UFSC, 2011)

Essas categorias serão trabalhadas uma a uma de maneira que fiquem claros os objetivos do trabalho.

4.1.4 Descrição

A etapa de descrição é o momento que após categorizados e divididos os materiais a serem trabalhados, pode se iniciar os resultados deste trabalho, porém, ainda não é uma interpretação apesar de apresentar uma descrição profunda esta vai necessitar expor citações diretas dos documentos analisados. De acordo com Moraes (1999):

A categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas. (MORAES, 1999)

Como no contexto deste trabalho a abordagem vai ser qualitativa, não será necessário o desenvolvimento de tabelas e quadros. Todavia, serão utilizados para cada categoria textos caracterizando o tipo de documento e alguns trechos extraídos dos próprios documentos de maneira a exemplificativa. Todo o processo baseado em Moraes (1999):

Quando se tratar de uma pesquisa numa abordagem qualitativa a descrição será geralmente de outra ordem. Para cada uma das categorias será produzido um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas. Geralmente é recomendável que se faça uso intensivo de “citações diretas” dos dados originais. (MORAES, 1999)

Enfim, a descrição é de grande importância na análise de conteúdo. É o instante de expor os conceitos capturados dos documentos analisados, tais documentos estão anexados ao fim desta pesquisa. A posteriori será observado as descrições por categoria:

1 Denúncias

É a peça de acusação que inicia o processo, feita pelo representante do Ministério Público em ação penal pública, que leva ao conhecimento do juiz a ocorrência de um fato criminoso. Para que não seja considerada inepta e, conseqüentemente, rejeitada pelo magistrado, deverá conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas. (CONTEÚDO JURÍDICO, 2010)

Como explanado no conceito disposto acima denúncias são feitas diante de algum crime que deve ser de conhecimento da justiça para que sejam tomadas as providências cabíveis. Porém, no período aqui mencionado os crimes tomavam um conceito diferenciado. Criminoso era aquele que não concordasse com o governo outorgado e repressivo.

Trecho exemplificativo do documento:

“[...] Durante duas paralisações a crise da universidade foi discutida ao âmbito de cada Departamento e, por ocasião da Semana da Luta e Mobilização [...]”.

2 Encaminhamentos

Envio para outro órgão do conjunto de processos, procedimentos ou diligências legais e necessárias para o desenvolvimento normal de uma ação judicial: o tribunal pediu o encaminhamento de petições, para o resguardo do prazo processual. (RIBEIRO, NEVES ,2009)

De maneira clara os encaminhamentos se resumem a direcionar processos para seus devidos setores para que sejam melhor observados e resolvidos. Neste período este tipo de registro funcionava basicamente como um complemento dos outros, relatórios, denúncias, mandados de busca entre outros.

Trecho exemplificativo do documento:

“Esta seção encaminha para conhecimento dessa Agência Central, Ofício anexo, em que o Professor SALENILSON CEZAR DE SOUZA solicita ao Magnífico Reitor da UECE, seu afastamento do cargo de Chefe do Departamento de Matemática do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade”.

“Esta seção encaminha para conhecimento dessa Agência Central, o panfleto anexo, apreendido no Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará – UECE”.

3 Informações

A informação é um conjunto organizado de dados, que constitui uma mensagem sobre um determinado fenômeno ou evento. A informação permite resolver problemas e tomar decisões, tendo em conta que o seu uso racional é a base do conhecimento. (CONCEITO DE, 2011)

As informações de que se trata o estudo desses documentos se resume em um compilado de dados colhidos pelos agentes do Estado quanto aos antecedentes criminais dos investigados e dos perseguidos. Pode-se perceber que vários atos dentro da Universidade Federal foram barrados por conta dessas informações que eram repassadas para os ditadores reprimirem alunos e professores não somente das Universidades, mas também dos colégios públicos do Estado.

Trecho exemplificativo do documento:

“Cosme Otoni Mesquita Chagas, formado em veterinária pela Escola de Veterinária da Universidade Federal do Ceará, foi preso em Ibiuna, São Paulo, em 1968, quando participava do XXXº Congresso da Ex-UNE”.

4 Informes ou Nota informativa

Ato por meio do qual o servidor se manifesta acerca de assunto submetido a sua apreciação, com o objetivo de melhor fundamentar questões suscitadas ou aclarar fatos relatados insuficientemente. Presta-se ao fornecimento de elementos que auxiliem a autoridade competente em seus despachos e na

solução de problemas. Baseia-se, geralmente, no exame de procedimento ou de fato cuja descrição contribua para o esclarecimento de situações pendentes. A nota informativa deve se restringir ao estritamente necessário à solução do que consta do procedimento. O relator da informação deve se eximir de considerações subjetivas ou aleatórias. (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, 2010)

Os informes lançados nesse período funcionavam como informativos, para as autoridades, dos atos que estavam ocorrendo ou que iriam acontecer. Os principais conteúdos neles disponibilizados eram sobre os atos do Diretório dos Estudante da Universidade Federal do Ceará (DCE-UFC) e greves da mesma, movimentos dos alunos e greves da Universidade Estadual do Ceará (UECE), sobre a greve nacional dos estudantes que ocorreu por volta setembro de 1980, XXXII Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE.

Trechos exemplificativos dos documentos:

“Um número superior a quatrocentos alunos se deslocara do Liceu e do Anexo que funcionava á Av. do Imperador, gritando que iriam incendiar o Posto de enda de Passagens de Ônibus, localizado na Praça José de Alencar, e quebrar os ônibus”.

5 Inquéritos

É um procedimento de investigação da polícia civil e federal (polícia judiciária) previsto no código de processo penal brasileiro. Tem como principal objetivo investigar as infrações penais (determinados comportamentos humanos proibidos por lei) e também coletar elementos necessários para a formulação de provas de autoria e materialidade de crime. (BASÍLIO; RAMOS, 2017)

O inquérito é um procedimento investigativo, ou seja averíqua certos crimes com o objetivo de recolher provas suficientes que acuse ou inocente o acusado. Este acontece antes da ação penal, assim, comumente conhecido como pré-processual. foram abertos diversos inquéritos contra as entidades estudantis com o pressuposto de que estas “[...] formavam um quadro, que atendiam as intenções de uma situação que evoluía para uma modificação da ordem social.”

Trechos exemplificativos dos documentos:

“Examinando-se atentamente o presente Inquérito Policial Militar, verifica-se que o conjunto de atividades, das diversas entidades estudantis (sic), formavam um quadro, que atendia as intenções de uma situação que evoluía para uma modificação da ordem social”.

6 Laudos Periciais

O laudo pericial é uma peça técnica formal que apresenta o resultado de uma perícia. Nele deve ser relatado tudo o que fora objeto dos exames levado a efeito pelos peritos. Ou seja, é um documento técnico-formal que exprime o resultado do trabalho do perito. (ESPÍNDULA, 2008)

O laudo pericial é um exame e uma avaliação realizada nas provas colhidas com o desenvolver do inquérito, de maneira geral, somente são realizados por profissionais que têm o hábito de lidar com o assunto envolvido.

Trecho exemplificativo dos documentos:

“PEÇAS INCRIMINADAS: Trata-se de 3 cartas, 1 plano de debate e um têsto (sic), datilografados. PEÇA DE CONFRONTO: Trata-se de um envelope aéreo com os seguintes dizeres: ILMO. SR. – EDSON QUEIROZ – RUA OSWALDO CRUZ – 712 – FORTALEZA”.

7 Mandados de busca e apreensão

Mandado de Busca e Apreensão. É a ordem da autoridade a funcionários de categoria inferior para que procurem determinada coisa ou pessoa e a apreendam. Tem lugar tanto no processo civil como no criminal. (VEGINI, 2016)

Em síntese o mandado de busca e apreensão nada mais é que uma ordem judicial que um responsável emite para que os policiais tenham autoridade de buscar pessoa ou coisa.

Trecho exemplificativo dos documentos:

"2. DADOS SOLICITADOS: 2a . O que consta nesse Órgão sobre os nomenados. 2b . O motivo do trancamento das matrículas dos mesmos. 2c . outros dados julgados úteis e esclarecedores."

8 Relatórios

O conceito de relatório, enquanto derivado do verbo relatar, é a exposição, oral ou escrita, das características e circunstâncias de um sucesso ou assunto. Trata-se, por outras palavras, da acção e efeito de relatar. Em todo o caso, pode incluir elementos persuasivos, como recomendações ou sugestões. Por outro lado, um relatório é o documento que se caracteriza por conter informação que reflecte o resultado de uma investigação ou de um trabalho, adaptado ao contexto de uma determinada situação. (CONCEITO DE, 2011)

Nesse contexto os relatórios avaliados eram contidos por espionagens realizadas pelos agentes do governo. É o tipo de documento mais presente no recorte da pesquisa. Eram detalhados contendo os nomes dos atores espionados, horários, locais, conteúdos das conversas. Eram bem elaborados funcionavam como um dossiê da vida dos chamados subversivos.

Trecho exemplificativo dos documentos:

“Realizou-se ontem as 19.40 horas, no Auditório da Faculdade de Direito, uma reunião levada a efeito pelo CESC, para cujo comparecimento a comunista NANCY LOURENÇO FERNANDES [...]”.

9 Requerimentos

Sendo um tipo de documento oficial, o requerimento é uma petição formal que informa ou declara quaisquer instituições ou órgãos públicos sobre a concessão de bens ou direitos, sejam eles para uma pessoa física ou para uma pessoa jurídica. Esse documento sempre é direcionado a uma organização pública que é responsável na concessão dessa garantia. O resultado pode ser aprovado ou deferido, entretanto, cópias desse documento podem ser enviadas a outros departamentos para garantir uma informação completa do processo que está sendo feito. (RESUMO ESCOLAR, 2014)

O requerimento é um documento que nos permite pedir algo de maneira formal, podendo ser direcionado a algum órgão superior, possuindo um formato pré-estabelecido. Os requerimentos partiam dos alunos acusados injustamente. Esses frente a justiça requeriam o direito de se defender perante acusações advindas do governo sem provas suficientes.

Trecho exemplificativo dos documentos:

“Com relação ao pedido de cancelamento de nota existente nesta DOPS contra o epigrafado, temos a informar: 1. Que o mesmo figura em relação vinda do Departamento jurídico da Universidade Federal do Ceará, por ter sido enquadrado no art. 8º do Ato institucional [...]”

10 Sinopses informativas

Entendemos por sinopse o resumo argumentativo de uma obra escrita, de um filme ou de uma narração. A sinopse é sempre uma versão abreviada do argumento central de uma obra em questão e seu objetivo principal é permitir ao futuro leitor o acesso a algumas ideias gerais sobre o texto de modo a conscientizá-lo sobre o tema a ser lido. (QUE CONCEITO, 2009)

Como supracitado é caracterizada por ser um resumo de algo maior, mas sem que essa síntese prejudique o envio da mensagem. As sinopses informativas de que tratamos aqui, são uma síntese ou resumo dos relatórios, denúncias, informes, informações e de todo e qualquer documento que reuniam provas contra os que se contestavam o regime.

Trecho exemplificativo dos documentos:

“[...] O principio nº7, no entanto, abaixo transcrito, por aí só, dá a UNE em vias de reestruturação, um caráter eminentemente subversivo. “A UNE deve lutar contra todas as forças de opressão [...]”. ”

A análise dos dados será desenvolvida no próximo capítulo baseada na fase de Interpretação disposta por Moraes (1999).

5 ANÁLISE DOS DADOS

Por fim na terceira fase o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação é o tratamento da informação, ou seja, o resultado bruto passa a ser trabalhado de forma a se tornar válido para os objetivos da pesquisa. Como cita também Bardin (2011):

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. (BARDIN, 2011, p. 131)

Nesta fase aqui chegar-se-á conclusão e esclarecimento das respostas à problemática e alcance dos objetivos propostos. Elegeu-se a análise de conteúdo por categorização, pois esta é uma das formas mais compreensíveis do método e a que melhor demonstrará os resultados.

A amostra selecionada de um total de 6.068 documentos que compõem o Patrimônio Documental (P.D) relacionados a este período histórico foi de 93 títulos compondo 1,5% do todo - como demonstrado no Gráfico 1 -, tratando-se apenas dos registros relacionados a luta na educação, dos movimentos nas Universidades e colégios públicos, perseguições a docentes e discentes, entre outros.

Gráfico 1 - Demonstrativo da amostra



Fonte: Criado pela autora.

Durante o atual governo os brasileiros estiveram expostos a vários acontecimentos inusitados e declarações no mínimo absurdas do presidente uma delas em especial chamou bastante atenção, o presidente sugeriu para os quartéis a possibilidade de “comemorarem” o dia 31 de março como sendo uma data revolucionária e não um golpe militar que destruiu a democracia brasileira e que nos deixou até os dias atuais com marcas sociais severas. Utilizando-se das distorções dos fatos ele pretende tornar os vilões heróis. Porém, concorda-se que esse passado recente deve ser lembrado sim, não como algo bom, mas sob o olhar crítico para que isso nunca mais volte a acontecer.

Está comprovado que a Ditadura civil-militar foi um golpe realizado por militares com o suporte de alguns civis, sustentados pelo o que eles chamavam de “terror comunista”, mesmo motivo pelo qual Vargas ainda nos anos 30 conseguiu se manter tanto tempo governando. É sempre bom lembrar que entre os anos de 1964 e 1985 a população brasileira viveu sob um sistema controlador, torturador, censurador e que vigiava por todos os lados. Todos os movimentos que se contrapusessem ao governo, principalmente, os movimentos estudantis eram sufocados pelo governo e seus Atos Institucionais.

Dentro do contexto supracitado começamos a trabalhar os documentos deste período com o apoio do Arquivo público do Ceará que disponibilizou todos os registros que têm posse deste momento histórico. Durante o contato com os documentos avaliados é possível perceber uma censura extremista daqueles que trabalhavam para o governo, repressão contra opiniões contrárias. Denúncias que chegavam a serem direcionadas a justiça sem que houvessem crimes, pelo simples fato do acusado ser contra o regime, ele era denunciado por fazer uma reforma em sua casa alegando-se que o dinheiro proveniente para tal, partia de movimentos “subversivos”, nome dado a tudo aquilo que fosse contra o golpe.

Denúncias contra docentes das universidades públicas, se estes fossem pegos militando ou se contrapondo a Ditadura, seja por gestos simples como entregar um panfleto, que também eram nominados de “panfletos subversivos”. Esses eram vigiados enquanto ministravam suas aulas para não falar o que “não devia”, janelas abertas e militares armados do lado de fora somente esperando qualquer um se opor.

Os encaminhamentos aconteciam da seguinte forma, como se pode perceber com sua análise: eles espionavam os “subversivos” relatavam seus passos e os

descreviam detalhadamente, pode-se notar também que os responsáveis pelas espionagens eles acabavam sendo subjetivos em seus relatos. Tamanho era o ódio contra os que não apoiavam o regime. Depois de colhidas as informações eram encaminhadas aqueles que eram responsáveis pelos trâmites jurídicos, que resumiam em censuras e torturas. Quando se tratavam de atores das instituições de ensino as retaliações eram maiores e em demasiado maléficas.

As informações de que se tratavam formavam um “diário” de “nada consta” em que os perseguidores tentavam juntar provas que incriminassem o seus perseguidos para dessa forma “calar o povo” a cada dia mais reprimidos por essa forma de governo ditadora. Quando era encontrada alguma denúncia contra a pessoa investigada ela era encaminhada a pessoa responsável e posteriormente iniciava-se um inquérito, esta modalidade será vista a posteriori.

Os informes também um tipo de documento bastante utilizado naquela época abordavam bastante a temida UNE, esta era considerada um “terror” para o governo naquela época, tanto que eles se direcionavam a ela em seus registros como o maior movimento subversivo e a chamavam de ex-UNE, mesmo sabendo que a União ainda lutava contra a repressão que lhes era imposta promovendo eleições para o seu corpo e movimentos que tinham como pauta mostrar à sociedade a maldade do Governo.

Além disso, XIV Congresso Nacional dos professores, movimentos grevistas dos docentes da Universidade Federal do Ceará – UFC, Reunião na Associação dos Profissionais de Educação no Ceará ASPEC, neste a pauta abordada foi a carta aberta dos professores da UFC e Boletim Nacional. Todos esses informes eram constituídos para que as autoridades pudessem reprimir os atos do qual eles se tratavam e a sociedade continuasse alienada em relação às atrocidades do governo. Quando se toma a liberdade de expressão, se toma o direito de resposta, se toma a mudança que pode acontecer se lutarmos pelas causas humanas.

Os inquéritos eram compostos por ordens para desfazer quaisquer movimentos internos nas instituições de ensino, principalmente se desconfiasse que tinham colaboração do Partido Comunista do Brasil (PCB). Após essas constatações reuniam-se provas nem sempre concretas e acusavam as instituições e seus membros de subversão. Essas provas eram principalmente “comprovadas” com os laudos periciais que serviam para criminalizar documentos, para dizer qual a sua

origem e chegar à pessoa responsável por tal.

Além disso, achou-se um mandado de busca e apreensão em meio aos documentos analisados, que foram direcionados a dois alunos do quarto ano do curso de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Solicitou-se então, no documento em questão, a busca da ficha dessas duas pessoas nos órgãos de repressão para que se pudesse acusá-las de subversão, pediu-se a toda e qualquer informação útil para a denúncia e principalmente o real motivo para que estes tenham trancado suas matrículas na Universidade.

Enfim, os agentes do governo estavam em todos os lugares, em todos os atos contrários ao regime, nas reuniões fechadas. Eles relatavam quem se pronunciou, o que foi falado, onde aconteceu, horários. E na maioria das vezes aparecem fragmentos subjetivos nos relatórios, como se a pessoa que produziu estampasse ali seu ódio.

Existiam três tipos de relatórios: Relatórios das diligências que eram a narração dos atos dos perseguidos, realizados por oficiais do Estado; Relatórios diversos essa categoria eram bem diversificada nela contém relatos de dia e horário de quando algum professor ou aluno estivesse entregando um panfleto com conteúdo pra eles censurado e por fim os relatórios de viagem que continham os passos do governo.

Os poucos requerimentos observados dizem respeito a alunos da Universidade Federal do Ceará (UFC) sendo dos cursos de Letras e Ciências sociais. Acusados de subversão, com acusações sem fundamentos, estes para não serem punidos com a impossibilidade de votarem ou serem votados como representantes estudantis, gozarem de bolsas de estudo na Universidade, participarem de excursões e de delegações, serem admitidos como monitores e até impedido de receber grau em 1964.

Isso são apenas exemplos do mínimo que se faziam com os estudantes que eram contra o regime, os documentos hoje públicos somente expõe uma pequena parte dos acontecimentos deste período tenebroso do Brasil. Leva-nos a refletir por qual motivo o país permaneceu 21 anos sofrendo retaliação do governo.

Por fim, as sinopses informativas, nelas eles relatavam de maneira sucinta os movimentos estudantis que estavam marcados. Um desses encontros mencionados foi uma reunião do corpo da União Nacional dos Estudantes (UNE), que ocorreria em Salvador na Bahia. Relataram de maneira superficial as pautas dessa reunião.

Após toda esta análise e ao perceber a gravidade da situação quando se trata dos anos de 1964 a 1985, quando o fim dos 21 anos mais sofrido do Brasil passara, em que a democracia foi novamente considerada, quando esta ganhou novo fôlego com a lei de Acesso à informação, de 2011, que tornou público esses documentos que até então eram restritos, possibilitando a sociedade ter acesso a história e se educar criticamente sobre o assunto. O problema é que ainda existem pessoas que não conhecem, que são ignorantes no assunto, fazendo com que esta pesquisa se torne importante para elas ao possibilitar uma análise dos fatos ocorridos nos "Anos de chumbo".

6 CONCLUSÃO

O trabalho acadêmico aqui finalizado tratou do patrimônio documental da Ditadura civil-militar, como fonte de informação, foi desenvolvido a partir da análise de documentos disponibilizados pelo Arquivo Público do Ceará, que possui um projeto que tem por nome “Memórias Reveladas: as Lutas Políticas no Ceará (1964-1985)”, o recorte da pesquisa foi direcionado aos documentos relacionados as instituições de ensino públicas.

O tema apresenta-se importante para o meio acadêmico, pois abre novas possibilidades de pesquisa e a exploração dos outros recortes de documentos disponíveis e para a sociedade se torna importante, pois esta passa a conhecer a disponibilidade desses documentos no arquivo, passam a saber que são de uso irrestrito e principalmente compreendem o que foi esse momento histórico para o Ceará. E quando há conhecimento há educação e conseqüentemente tiramos o corpo social da alienação quanto a este período, impedindo de certa forma a violência, a tortura, a censura, a perseguição e até mesmo o voto pautado no ódio ao que for diferente em nosso meio social.

O resultado alcançado foi à compreensão de como as coisas aconteciam naquela época, como se desenvolviam os trâmites processuais e principalmente a clareza do conteúdo perseguidor, ditador e preconceituoso a que as instituições de ensino públicas e quem fazia parte delas eram submetidos. Tornar público o que ainda é tabu e deixar claro para a sociedade que esses fatos são verídicos e documentos, principalmente porque a situação política em que nos encontramos é bastante complicada.

Os objetivos propostos foram analisar parte do patrimônio documental da Ditadura civil-militar do Ceará como forma de explicar este período histórico; expor a sociedade o conceito e a importância do patrimônio documental para a Ditadura civil-militar e apresentar a importância da preservação deste patrimônio. Todos foram alcançados. Quando tornamos públicos documentos que para a maioria das pessoas é tido como restrito e esclarecemos seu conteúdo trazemos a compreensão do período ao qual este foi criado e qual a importância de tais informações para a sua educação e por fim a importância de sua preservação para que as posteriores gerações venham conter esse conhecimento.

Finalmente os próximos pesquisadores poderão dentro deste tema avaliar, por exemplo as terminologias do período, analisar os outros documentos que

formam o “Memórias Reveladas”. Enfim, abre-se com o fim desta pesquisa várias possibilidades de estudo contribuindo para o desenvolvimento da comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

- ALUNOS DA DISCIPLINAS DE INTRODUÇÃO A ARQUIVOLOGIA DA UFSC. Gênero Documental. *In*: UFSC. **Terminologia Arquivística CIN7101-UFSC**. 1. ed. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: G5, 2011. Disponível em: <<http://terminologiaarquivistica.blogspot.com/2011/04/genero-documental.html>>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- ARAÚJO, C. A. Á. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito da ciência da informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v.4, n.1, p.57-79, Jan./Jun. 2014.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil).. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: < <http://goo.gl/bgrpEj>>. Acesso em: 24 ago. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p. ISBN 978-85-62938-04-7.
- BASÍLIO, A. L.; RAMOS, B. D. Entenda o que é um inquerito. *In*: BASÍLIO, Ana Luíza. **Carta Capital**. Brasil, 19 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/carta-explica/entenda-o-que-e-um-inquerito/>>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- BAZÁN, C. B.; MONSALVO, E. **Legislación sobre preservación del patrimonio documental y bibliográfico argentino**. [Buenos Aires, 2009]. Disponível em: <<http://goo.gl/uHsxri>>. Acesso em: 5 maio 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://goo.gl/GzQjyJ>>. Acesso em: 5 mai 2019
- BRITÂNICA, Biblioteca. **Cuidando das coleções físicas da British Library Documento de posição e direção estratégica**. Reino Unido: [s. n.], 2009. Disponível em: <https://www.bl.uk/britishlibrary/~media/bl/global/conservation/caring-for-the-british-library-physical-collections-oct-2017-20.pdf?la=en>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- BRUYNE, P. de et alii. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CARDOSO, L. C. **Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985)**. Única. Ed. Bahia: Editora UFRB, 2012. 248 p.
- CASSARES, N. C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2000. 80 p. v. 5. ISBN 85-86726-21-4.
- CASTRO, A. A. N. **A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no brasil**. Dissertação de Mestrado em História. UFJF, 2008. Disponível em: http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Aloisio_A_N_de_Castro1.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

COLÔMBIA. **Ley 1379 de 2010 (Enero 15): por la cual se organiza la red nacional de bibliotecas públicas y se dictan otras disposiciones.** Disponível em: <<http://goo.gl/Z1Ugqq>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CONCEITO DE. Informação. *In*: CONCEITO DE. **Conceito de informação.** Brasil, 2011. Disponível em: <https://conceito.de/informacao>. Acesso em: 28 nov. 2019.

CONCEITO DE. Relatório. *In*: CONCEITO DE. **Conceito de relatório.** Brasil, 2011. Disponível em: <https://conceito.de/relatorio>. Acesso em: 28 nov. 2019.

CONTEÚDO JURÍDICO. Denúncia. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, 2010. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/dicionario-juridico/24345/denuncia>>. Acesso em: 28 nov 2019.

ESPÍNDULA, A. Laudo Pericial. *In*: T4R TECNOLOGIA (Brasília). **Conteúdo Jurídico**. Brasília: T4R Tecnologia, 20 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/16240/laudo-pericial-e-outros-documentos-tecnicos>>. Acesso em: 28 nov. 2019

FERREIRA, J. F. **O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964.** *In*: DELGADO, L. A. N; FERREIRA, J. (Orgs.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Col. O Brasil Republicano; v. 3).

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GASKELL, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. *In*: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (pp.64-89). Petrópolis: Vozes.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São paulo: Cortez, 2010.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** *In*: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Brapci**, Rio de Janeiro, v. 3, ed. 2, p. 28-60, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (Brasília). Atualizado pelo Despacho Decisório nº 1/CNAC/PRES/INSS, de 6 de agosto de 2015. **Manual de Atos e Comunicações**, Brasília: CNAC, v. 1, p. 1-148, 2010. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/566689/PEDIDO_dd1CNACmanual.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2019.

LAGE, M. O. P. **Abordar o Patrimônio Documental: Territórios, Práticas e Desafios.** 4. ed. atual. Portugal: Núcleo de Estudos de População e Sociedade Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho Guimarães, 2002. 78 p. v. 4. ISBN 972-98695-5-3.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTIEL, E. **A comunicação no fomento de projetos culturais para o desenvolvimento**. In: UNESCO Brasil. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília, 2003.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PALMA PEÑA, J. M. **La socialización del patrimonio bibliográfico y documental dela humanidad desde la perspctiva de los derechos culturales**. **Revista General deInformación y Documentación**, México, v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/pqAY8O>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PERES, J. A. S. **A elaboração do projeto de pesquisa**. Única. Ed. Paraíba: Editora Universitária, 1979. 112 p.

PIMENTEL, J. F. **As garras do condor: trama nos bastidores da Ditadura**. Única. Ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011. 266 p.

QUE CONCEITO. Conceito de Sinopse informativa. In: INÍCIO GLOBAL. **Que Conceito** : Seu novo conceito em dicionário. São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://queconceito.com.br/sinopse>>. Acesso em: 26 nov. 2019

RESUMO ESCOLAR. Requerimento. In: RESUMO ESCOLAR. **Resumo Escolar**. Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.resumoescolar.com.br/redacao/requerimento/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

RIBEIRO, D; NEVES, F. Encaminhamento: Significado de encaminhamento. **Dicionário Online de Português**, 2009. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/encaminhamento/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2019

RODRIGUES, M. C. **Patrimônio documental nacional**: conceitos e definições. Campinas, São Paulo: Rev. Digit.Bibliotecon. Cienc. Inf, 2016.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007

VASCONCELOS, J. G; FERREIRA, T. M. S; SILVA JÚNIOR, R. (Org.). **Foucault, educação e os construtos de uma sociedade**. Fortaleza: Impreco, 2015. 144 p

VEGINI, J. B. Mandado de Busca e Apreensão. In: JUSBRASIL. **Jusbrasil**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/295521/mandado-de-busca-e-apreensao/modelos-pecas>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

YAMASHITA, M. M; PALETTA, F. A. C. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais.

Arquivista.net, Rio de Janeiro, 2006.

WEYRAUCH , C. S. Cidade e Imprensa: Rio de Janeiro no Correio Paulistano. **LOGOS: COMUNICAÇÃO E UNIVERSIDADE**, Rio de Janeiro, v. 3, ed. 2, p. 1-4, 1996.

ANEXO A - DOCUMENTOS ANALISADOS

CONFIDENCIAL

46

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO CEARÁ - ADUFC - INFORME

Os últimos informes que distribuímos registravam o crescimento da coesão dos professores brasileiros em torno das suas reivindicações básicas, enquanto evidenciavam também o enclausuramento das autoridades governamentais, fechadas no mutismo, descaso e indiferença. A organização dos professores no plano nacional tem feito prevalecer a posição do diálogo tentado por diferentes formas, neste ano e meio de encaminhamento da luta. As contradições objetivas da política educacional marginalizando a figura do professor e retirando das universidades suas condições mínimas de trabalho, estão agora, de tal modo agilizadas que só nos resta apelar para instrumentos de pressão mais forte. A greve dos professores do ensino superior, por tempo indeterminado, foi decretada pelo Governo, no momento em que, retoricamente falando em diálogo, aboliu-o de sua prática. Os professores universitários não chegariam a este gesto, se tivesse sido efetivamente de diálogo, a posição do governo brasileiro. Nós da UFC temos refletido as propostas da coordenação nacional a cada passo definido pelo conjunto das Associações Docentes.

Neste sentido a ADUFC realizou uma série de discussões e lutas que culminaram com dois movimentos de paralisação:

- em 11 e 12 de junho, tendo o plebiscito como forma de consulta;
- de 8 a 13 de setembro, com decisão retirada em Assembléia (09.09/80), que contou com quase 500 professores.

Durante as duas paralisações a crise da universidade foi discutida ao âmbito de cada Departamento e, por ocasião da Semana da Luta e Mobilização (8 a 13/09), realizou-se assembléia geral, onde ficou decidido que:

1. é importante que o movimento reivindicatório seja desenvolvido em nível nacional;
2. propor à Coordenação Nacional que se espere até o dia 15 de outubro por uma solução e, caso nada seja resolvido, se decida por uma greve nacional por tempo indeterminado;
3. considerar aquela Assembléia como uma Assembléia Geral Permanente da ADUFC até a decisão nacional, bem como, desenvolver um trabalho contínuo de mobilização da categoria, no sentido de garantir uma participação maior e um maior nível de organização;
4. desenvolver um amplo trabalho de esclarecimento da opinião pública, de maneira a atingir, outras entidades profissionais, parlamentares, autoridades e o povo em geral.

Não houve nenhuma resposta às nossas reivindicações. As manifestações das autoridades governamentais no dia do professor e do funcionário público apenas

CONFIDENCIAL



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

DATA : 09/JANEIRO/81

INFORMAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	PEDIDO DE BUSCA		Nº		CLASSIFICAÇÃO
INFORME	<input type="checkbox"/>	ENCAMINHAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/>	001/81		CONFIDENCIAL
ASSUNTO:	MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DE REPÚDIO AO ASSASSINATO DO ESTUDANTE DAVI.					
ORIGEM:	SI/DOPS/SSP/CE					TE DAVI.
DIFUSÃO:	2ª SEÇÃO/10ª RM - APZ/SNI - SI/DPF/CE - SEI/CE - ASI/UPC					
REFERÊNCIA:					ARQUIVO.
ANEXO:	XEROCÓPIAS DE RELATÓRIO E DE PANFLETOS (04 Folhas).					
DADOS INFORMATIVOS	<input checked="" type="checkbox"/>					
DADOS CONHECIDOS	<input type="checkbox"/>					

1. Para conhecimento e apreciação por parte dessa AI, esta vem encaminhando as xerocópias de relatório e de panfletos constantes do anexo, que versam sobre o assunto em epígrafe.
2. Os panfletos constantes do anexo foram distribuídos na Universidade Federal do Ceará e na Praça dos Voluntários pela estudante de Agronomia, MARIZA COSTA ALMEIDA, e outros.



CONFIDENCIAL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS (DEC. Nº. 79.099 DE 09.01.77 REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.)

R E L A T Ó R I O

CONFIDENCIAL

Realizou-se dia 04 JUN 81, conforme estava prevista, a passeata em defesa do "DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA UNIVERSIDADE", promovida pelos estudantes da UFC, com a participação dos estudantes da UNIFOR, UECE e secundaristas.

A passeata saiu do Pátio Externo da Reitoria da UFC por volta das 10:00 horas, encabeçada pelo veículo de marca Volks, cor vermelha, de placas BX-1553-CE, que portava um serviço de som em seu bagageiro, seguindo pelas Avenidas da Universidade e Duque de Caxias, pegando a Rua Barão do Rio, indo até a Rua São Paulo, fazendo o retorno pela Rua Major Tacundo e chegando à Praça do Ferreira.

Em todo o trajeto os estudantes portavam faixas e cartazes e cantavam os seguintes refrãos:

- "1, 2, 3..., 4, 5, mil..., DEVOLVAM NOSSAS VERBAS OU PARAMOS O BRASIL".
- "MAIS ARROZ E MAIS FEIJÃO, MAIS SAUDE E EDUCAÇÃO".
- "A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ".
- "1, 2, 3..., LUDWIG NO KADREZ".
- "NÃO FIQUE AÍ PARADO, VOCÊ É EXPLORADO!".
- "CHORA LUDWIG! LUDWIG CHORA! CHORA LUDWIG QUE ESTÁ CHEGANDO A TUA HORA!".
- "ABAIXO A FUNDAÇÃO! ENSINO PAGO NÃO".
- "A LUTA CONTINUA! AGORA É NA RUA!".
- "O POVO NA RAÇA! JÁ CONQUISTOU A PRAÇA!".

Na Rua Barão do Rio Branco, mais precisamente em frente à Lojas Brasileiras, fizeram uma pequena parada, onde FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE comunicou aos presentes que a praça estava cercada pelas Forças Armadas, para os intimidarem, e não permitirem que eles realizassem o Ato Público.

Porém, tomaram conhecimento de que a praça estava desocupada e que os policiais que ali se encontravam, não tinham a finalidade de impedir que eles ocupassem aquela praça.

Chegando lá, iniciaram o Ato Público cantando o Hino Nacional Brasileiro, ao mesmo tempo em que FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE hasteava a "bandeira da UNE".

CONFIDENCIAL



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

DATA: 16/OUTUBRO/81

INFORMAÇÃO	PEDIDO DE BUSCA	Nº	CLASSIFICAÇÃO
INFORME	ENCAMINHAMENTO	018/81	CONFIDENCIAL
ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DOS ESTUDANTES DA UFC.			
ORIGEM: SI/DOPS/SSE/CE			
DIFUSÃO: 2ª SEÇÃO/10ª RM - APZ/SNI - SI/DPP/CE - SEI/CE - ASI/UFC			
REFERÊNCIA: - ARQUIVO.			
ANEXO: XEROCÓPIAS DE RELATÓRIO E DE PANFLETO (06 Folhas).			
DADOS INFORMATIVOS	<input checked="" type="checkbox"/>		
DADOS CONHECIDOS	<input type="checkbox"/>		

1. Para conhecimento e apreciação por parte dessa AI, estamos encaminhando as xerocópias de relatório e de panfleto constantes do anexo, que versam sobre o assunto em epígrafe.
2. O panfleto "SUPLEMENTAÇÃO DE VEBBAS, SR. GENERAL!" foi distribuído no Pátio Interno da Reitoria da UFC, por ocasião da Manifestação Pública, pelo estudante GUSTAVO ALBERTO PEREIRA DE MOURA.



CONFIDENCIAL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO (DEC. Nº. 79.099 DE 09.01.77 REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.)

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
 SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLÍTICA

RESERVADO

SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLÍTICA-SISP
 (Orgão de Informação)

ASSUNTO: COSME OTONI MESQUITA
 ORIGEM: 2ª SEC EMG 10ª RM
 CLASSIFICAÇÃO:
 DIFUSÃO: 2ª SEC EMG 10ª RM

INFORMAÇÃO Nº 12/70

Dados Informativos:

Cosme Otoni Mesquita Chagas, formado em Veterinária pela Escola de Veterinária da Universidade Federal do Ceará, foi prêso em Ibiuna, São Paulo, / em 1968, quando participava do XXXº Congresso da Ex-UNE.

Consta que últimamente andou agitando na Escola de Veterinária, e frequentando à Rua do Ouvidor, com outros rapazes, porém a última vez em que foi / visto, comentava que possivelmente fixaria residência no interior do Estado, por oferecer melhores oportunidades de trabalho.

Qualificação:

Nome: COSME OTONI MESQUITA CHAGAS
 Natural de: Quixeramobim - Ceará
 Nascido em: 19 de dezembro de 1942
 Estado Civil: Solteiro
 Filho de: José de Souza e Chagas
 e de: Maria Ceci Mesquita Chagas
 Instrução: Superior
 Profissão: Veterinário
 Residência: Rua 5 de Julho, nº 1060 ou 1070 - Fortaleza.

Anexo: fotografia do epígrafado.

:::::

Fortaleza, 09 de janeiro de 1970

Aluísio Figueiredo Gomes
 Aluísio Figueiredo Gomes
 Comissário

Visto:

Bel. Luis Coelho de Carvalho
 Bel. Luis Coelho de Carvalho
 Delegado de Ordem Política e Social



O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELO
 MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS
 TO (Prt. 02 - Dec. N. 60.417/67 - Regulamento
 para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

RESERVADO

Cont. Inf. nº 21/70-SISP - Alberto Flávio Alves Aguiar.

da Comissão de Legislação de Ensino foi aprovado em sessão do Conselho Universitário de 23 de outubro de 1964, sendo em consequência aplicadas as referidas penalidades aos 48 alunos indiciados.

6. Logicamente, entre os que foram punidos com as referidas sanções está o ex- aluno e hoje bacharel Alberto Flávio Alves Aguiar, que assim / já cumpriu as penalidades disciplinares que lhe foram impostas pela Universidade Federal do Ceará, em decorrência do inquérito retro-referido.

Cumpre salientar que, de 1964 à esta data o epigrafeado não / mais foi visto por elementos da DOPS, tomando parte em movimentos de caráter subversivo.

: : : : :

Fortaleza, 21 de janeiro de 1970

Aluísio Figueiredo Gomes

Aluísio Figueiredo Gomes
Comissário

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTAÇÃO
(Art. 62 - Dec. N. 60.477/67 - Regulamento
para Salvaguarda de Assuntos Sigilados)

Visto: *[Signature]*
Bel. Luiz Coelho de Carvalho
Delegado de Ordem Política e Social



DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLÍTICA

SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLÍTICA-SISP
(Órgão de Informação)

ASSUNTO: RELAÇÃO DOS ALUNOS DO 5º ANO MÉDICO (EXCURSÃO)
ORIGEM: GABINETE DO MAGNÍFICO REITOR DA U.F.C.
CLASSIFICAÇÃO:
DIFUSÃO: GABINETE DO MAGNÍFICO REITOR DA U.F.C.

INFORMAÇÃO Nº 04/69

Responde solicitação do Prof. Walter de Moura Cantídio.

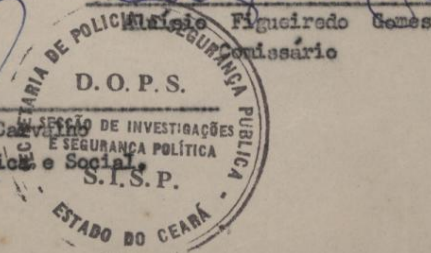
Dados Informativos:

Em busca efetuada nos arquivos secretos da SISP, Seção competente da DOPS, constatamos que os alunos ANTONIO ANGLADAS CASANOVAS, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES PORTELA, ADRIANA MENEZES DA CUNHA, ANTONIO LAGES ALVES, ANTONIO NEWTON SOARES TIMBÓ, ARTUR PEREIRA E SILVA, CESAR AUGUSTO DE LIMA E FORTI, CLOVIS RODRIGUES VIANA FILHO, EDSON MENEZES DA NÓBREGA, ELEONORA PIRES DE ALMEIDA, EMANUEL PONTE FROTA NEVES, ERICILIO GUIMARÃES DO NASCIMENTO, FRANCISCO DE ASSIS NEGREIROS COLARES, FRANCISCO DANIEL NETO, FRANCISCO VALDENOR BARBOSA, IREUDA MARIA DE ALMEIDA CARVALHO, JOSÉ GILBERT ANGELIN ROCHA, JOSÉ LEITE CONDIM CAVALCANTE, LUCIA MARIA DE ALCÂNTARA, MARIA ALICE PESSOA DE MAGALHÃES, MARIA CELIA CIARLINO TEIXEIRA, MARIA JOSÉ SALES CALLADO, / MARIA LENI DO MONTE, MARIA REGINA SARAIVA TEIXEIRA, MARIO MAMEDE FILHO, MAURA MARIA ARAÚJO BEZERRA, MAUREN SCHWARTZ, NELSON JOSÉ CUNHA, NEUSA DE MELO FERREIRA, NILDE / DE MATOS NUNES, NOELMA PESSOA DE MAGALHÃES, NUBIA MARTINS, PAULO GURGEL CARLOS DA / SILVA, ROBERTO BRUNO FILHO, SHEYLA MACHADO ROLIM e SILVIO ROBERTO AGUIAR DO NASCIMENTO, não registram antecedentes contrários À ORDEM PÚBLICA, À SEGURANÇA NACIONAL OU À ESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS DO PAÍS.

Fortaleza, 07 de janeiro de 1970

Visto:

Bel. Luiz Coêlha de Castro
Delegado de Ordem Política e Social



DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLITICA

////////////////////

27 de abril de 1970

SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLITICA-SISP
(Orgão de Informação)

ASSUNTO: DADOS SOBRE CIDADÃOS
ORIGEM : SNI/NAFZ
CLASSIFICAÇÃO:
DIFUSÃO: SNI/NAFZ

RESERVADO

INFORMAÇÃO Nº 100/70

Responde ao PB nº 160/SNI/NAFZ

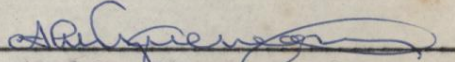
Dados Informativos:

MERCIA DE VASCONCELOS PINTO - Participou de 30º Congresso da Ex -UNE, em outubro de 1968, em Ibiuna -São Paulo, onde foi prêssa, tem ficha na SISP.

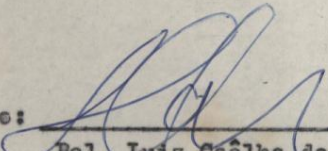
LUIZA TEODORO VIEIRA - fichada nesta SISP, como subversiva, é elemento de ligação com o Pe. Aloisio Roy e Maria Amélia / nos movimentos estudantis. Viaja constantemente ao interior do Estado visitando as Escolas Rurais, onde faz propaganda comunista.

Com relação aos demais nomes contantes no PB de referencia, não registram antecedentes contrários À ORDEM PÚBLICA, À SEGURANÇA NACIONAL OU À ESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES POLITICAS E SOCIAIS DO PAIS.

:: ::


Aloisio Figueiredo Gomes
Comissário

Visto:


Bel. Luiz Coelho de Carvalho
Delegado de Ordem Política e Social



O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS
TO (7/7) - Dec N. 00.477/67 - Regulamento
para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
 SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLITICA

////////////////////

10 Junho 70

SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLITICA-SISP
 (Orgão de Informação)

ASSUNTO: SILVIO ROBERTO SALINAS ou SILVIO ROBERTO DE AZEVEDO SALINAS.

ORIGEM : S N I / NAFZ.

CLASSIFICAÇÃO:

DIFUSÃO: CONSUL AMERICANO - RECIFE/PE.

RESERVADO

INFORMAÇÃO Nº 149/70

DADOS INFORMATIVOS:

1.1. O epígrafe está cursando Física, no Instituto /
 Carnegie - Moller, em PITTSBURG, PENNSILVÂNIA, EUA.

1.2. Consta ter sido elemento do Grupo Marighela (terro-
 rista) e pertencer ao Partido Comunista. Como mem-
 bre da ilegal UNE (União Nacional dos Estudantes), /
 distribuía panfletos subversivos.

: : :

Aluisio Figueiredo Gomes
 Aluisio Figueiredo Gomes
 Comissário

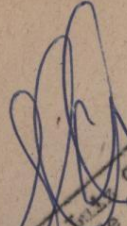
Visto:

Luiz Galvão de Carvalho
 Luiz Galvão de Carvalho

Delegado de Ordem Política e Social



O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
 MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS
 (Art. 62 - Dec. N. 60.417/67 - Regulamento
 para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

Visto: 
 Deputado Celso de Carvalho
 Delegado de Ordem Política e Social

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
 SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLÍTICA

12 de junho de 1970

SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLÍTICA-SISP
 (Orgão de Informação)

ASSUNTO: INOCENCIO RODRIGUES UCHOA
 ORIGEM : DELEGADO DE ORDEM ECONÔMICA --RECIFE
 CLASSIFICAÇÃO:
 DIFUSÃO: DELEGADO DE ORDEM ECONÔMICA --RECIFE

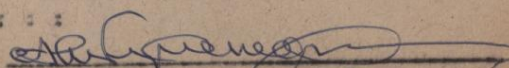
INFORMAÇÃO Nº 156/70.

Responde Of. nº 290.L.M./70

Dados Informativos:

INOCENCIO RODRIGUES UCHOA, filho de Manuel de /
 Souza Uchôa e de Virginia Rodrigues Uchôa, brasileiro, natural de
 Aracati-Co., nascido aos 31 de dezembro de 1944, estudante de Di-
 reito, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, /
 3º Ano, solteiro, residente à Av. da Universidade, nº 2635, nesta
 cidade, é fichado nesta DOPS, Seção de Investigações e Segurança /
 Política, como subversivo, e em sua ficha consta: "Participou de
 passeata e comício proibido pelas autoridades estaduais. --Como Pre-
 sidente do Diretório Acadêmico Clévis Bevilacqua, da Faculdade de /
 Direito, esteve envolvido no sequestro e espancamento de policiais
 desta DOPS. Em 10 de agosto de 1968, participou e discursou em uma
 concentração no Centro de Estudantes Universitários (CEU), preparan-
 do o 10º Congresso da ilegal UNE. Participou de um comício e passa-
 ta relâmpago na Igreja de Nossa Senhora da Saúde, no dia 03/09/68.
 Participou do 30º Congresso da Ex-UNE, em Ibiuna/SP, onde foi prê-
 se e fichado posteriormente na DOPS/SP, em outubro de 1968. Teve /
 em 20/02/69 sua matrícula suspensa para o ano de 1969, na Faculdade
 de Direito, por portaria do Reitor da UFC. Foi decretada sua prisão
 preventiva pelo C.P.J. Ex. Auditoria da 10ª RM per crime contra a
 Segurança Nacional. Anexe foto.

:: :: ::


 Aluísio Figueiredo Gomes
 Comissário

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DESTE DOCUMENTO
(Art. 2º, Lei nº 47/67 - Regulamento
para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLÍTICA

Fortaleza, 11 de junho de 1970

SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E SEGURANÇA POLÍTICA-SISP
(Órgão de Informação)

ASSUNTO: JOSE ARLINDO SOARES
ORIGEM : DELEGADO DE ORDEM ECONÔMICA-RECIFE
CLASSIFICAÇÃO:
DIFUSÃO: DELEGADO DE ORDEM ECONÔMICA-RECIFE

RESERVADO

INFORMAÇÃO Nº 157/70

Responde Of. nº 283.L.M./70

Dados Informativos:

JOSE ARLINDO SOARES, brasileiro, natural de Massapê-Ce., nascido aos 7 de agosto de 1946, filho de José / Artur Soares e de Rainunda Veras Soares, estudante, universitário da Faculdade de Direito da UFC., carteira de identidade nº 206.483, fornecida pelo II/Co., residente à Rua Dona Bela/S/Nº, casa A- Vila São José, nesta Capital. - O epígrafe é fichado nesta DOPS, Seção de Investigações e Segurança Política, por subversão. - Ex-Presidente de CESC-Centro dos Estudantes Secundários do Ceará, sempre tomava parte em todas as agitações / estudantis de cunho subversivo, notadamente na Faculdade de Direito de onde é aluno. Participou do 30º Congresso da Ex-UNE, / em Ibiuna-SP, onde foi preso e fichado pelo DOPS/SP, em 12 de outubro de 1968. Em 20/02/69, teve sua matrícula suspensa para o ano de 1969, por portaria do Reitor da Universidade Federal do Ceará. - Foi decretada sua prisão preventiva pelo C.P.J. Ex. Auditoria da 10ª Região Militar, por crime contra a Segurança Nacional. Anexe foto.

|||||

Aluisio Figueiredo Gomes
Aluisio Figueiredo Gomes
Comissário D.O.P.S.

Visto:

Bel. Luiz Coelho de Carvalho
Bel. Luiz Coelho de Carvalho

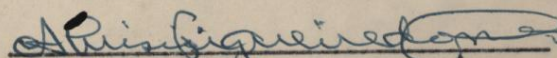
Delegado de Ordem Política e Social

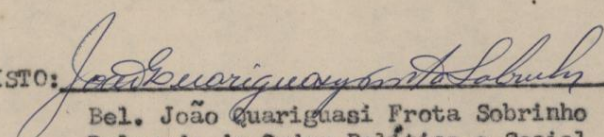


SECRET OI N F O R M E

Consta na Secção competente desta Especializada (SISP), que os acadêmicos vermelhos atuaram nas eleições dos diversos Diretórios e Centros Acadêmicos, bem como no D.C.E., (Diretório Central dos Estudantes), com muito interesse e habilidade, visando eleger / elementos que, embora não tendo sido responsabilizado por qualquer ato subversivo, nem possuidor de idéias reconhecidamente esquerdistas, mas que, uma vez eleitos fossem facilmente moldados aos interesses anti-revolucionários. Razão porque, os eleitos, embora não registrando antecedentes ideológicos comprometedores, achamos de bom alvitre sejam os mesmos mantidos sob discreta vigilância, quanto a possíveis receptividades de influências por parte do inimigo.

Fortaleza, 7 de abril de 1965.


Aluisio Figueiredo Gomes-Comissario

VISTO: 
Bel. João Quariguasi Frota Sobrinho
Delegado de Ordem Política e Social

OBS: - ANEXAMOS as relações dos componentes de Diretórios das diversas Faculdades, bem como do Diretório Central dos Estudantes.

URGENTEDELEGACIA DE ORDEN POLITICA E SOCIAL**RESERVADO**INFORME

S/N

SISP = DOPS

Consta na SISP que foi registrada na DFR uma queixa, segunda a qual havia desaparecido da residência, do SR. LUIZ DE TAL, um gravador, tendo a suspeita de furto recaído na pessoa do "estudante de engenharia" ALENCAR MESQUITA MASCENA, que dias antes, do desaparecimento do supracitado / gravador, havia demonstrado algumas síllas a filhos do citado queixoso.

O estudante suspeito teria sido trazido à DFR e confessado a autoria do furto, segundo ainda nos consta o titular da DFR oficiou ao Diretor da Escola de Engenharia, de quem obteve a informação de que o citado elemento não pertence àquela unidade da UFC.

Por outro lado temos informação de que o citado estudante, reside em residência universitária, faz refeições no CEU, além de ter documentos do DCE, que o credenciam como estudante.

Fortaleza, 17 de outubro de 1968.

Aluisio Figueiredo Gomes

ALUISIO FIGUEIREDO GOMES

COMISSÁRIO

VISTO:

HEL. LUIZ COELHO DE CARVALHO
DELEGADO



- R E L A T Ó R I O -

Examinando-se atentamente o presente Inquérito Policial Militar, verifica-se que o conjunto de atividades, das diversas entidades estudantis, formavam / um quadro, que atendia às intenções de uma situação que evoluía para uma modificação da ordem social. Para sua apresentação à solução da autoridade delegante, / exige uma exposição mais detalhada que relacione a orientação de organizações, / extranhas aos estudantes com as atividades das entidades estudantis, em todas as suas categorias, atividades estas exercidas por membros de suas diretorias. Assim, se faz necessário iniciar com um sucinto relato dos objetivos do PCB.

Partido Comunista do Brasil súdite voluntário do PCUS orienta suas atividades no sentido da mudança da ordem política e social estabelecida na Constituição. Para este fim, adota todos os métodos de orientação e tática, preconizados pelo PCUS e adotados pelos Partidos Comunistas do mundo inteiro. Isto está contido em todos os Programas Resoluções de Convenções Nacionais, declarações de líderes, que são convenientemente atualizados, para o aproveitamento de todos os fatos novos na execução de suas tarefas essenciais.

Desta forma o PCB:

- está solidário e manifesta o seu apoio à luta dos povos coloniais; inclusive à revolução cubana (Convenção Nacional do PCB/1960);
- aspira o acesso ao poder, por meio de uma "solução pacífica" mas alertando que, em certas circunstâncias será necessário "tomar a revolução vitoriosa por um caminho não-pacífico" (Prestes 1963);
- preconiza a aliança operário estudantil camponesa onde deve repousar fundamentalmente a frente democrática de libertação nacional (preste/63)
- explora as contradições internas: entre latifundiários e as massas // camponesas; entre proletariado e a burguesia inerente ao capitalismo; / entre a Nação e o imperialismo Norte Americano e seus agentes internos (Convenção Nacional do PCB/1960);
- indica como tarefas essenciais da revolução brasileira - anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática, trinta tarefas das quais // destacamos:
 - defesa do Petróleo e de outras riquezas nacionais;
 - reforma agrária radical;
 - ampliação dos direitos sociais;
 - defesa da soberania nacional;
 - estabelecimento de relações diplomáticas com países socialistas;
 - política exterior independente e pacífica;
 - coexistência pacífica;
 - solidariedade aos povos coloniais e dependentes;
 - apoio a revolução cubana;

Continuação

Fls. TRÊS (-3-)



SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA
LABORATÓRIO

*W. P. M. M. M.*PEÇAS INCRIMINADAS:

Trata-se de três (3) cartas, um (1) plano de debate e um (1) têsto, datilografados.

PEÇA DE CONFRONTO:

Trata-se de um (1) envelope aéreo | com os seguintes dizeres: ILMO. SR. - EDSON QUEIROZ - | RUA OSWALDP CRUZ - 712 - FORTALEZA.

MOTIVO DA PERÍCIA:

A Perícia tem por objetivo examinar e constatar por meios técnicos, se os tipos impressos no envelope (-peça de comparação-), foram os mesmos usados na confecção dos documentos questionados (-peças incriminadas-).

ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS:

A Perícia após fazer a inspeção física dos documentos, realizou vários e sucessivos cotêjos entre os tipos incriminados e confrontos, analisando simultaneamente as semelhanças e diferença de acôrdo com os modernos métodos grafoscópicos. Nessas operações, quando necessário recorreu a Perícia, o auxilio de aparelhamento ópticos adequado, (-Lupas manuais - Microscópio - Estereoscópio-), em gráus convenientes de ampliação.

CONCLUSÃO:

A máquina usada na confecção dos padrões do envelope, não foi a mesma que confeccionou as questionadas.

A conclusão supra citada, tem por base a discórdância entre os tipos impressos no envelope e dos documentos incriminados.

Continua:-

DO AGENTE R-7 - ADALBERTO BATISTA MENESCAL
AO COMISSARIO - ALUISIO FUGUEIREDO GOMES

RELATÓRIO



SECRET

Realizou-se ontem às 19,40 horas, no Auditorio da Faculdade de Direito, uma reunião levada a efeito pelo CESC, para cujo comparecimento a comunista NANCY LOURENÇO FERNANDES, presidente da citada entidade, havia enviado officio circular aos presidentes de Grêmios de todos os Colegios desta Capital.

Na citada reunião, que foi precedida por NANCY, que inicialmente falou sobre o problema administrativo por que atravessa / o CESC; condenou o sistema de "tiques" usados atualmente; sugeriu que todos os estudantes se filiassem ao CESC e falou que iria dar início a uma campanha visando a união de todos os Grêmios Colegiaes ao CESC.

Foi notada que NANCY se encontrava muito nervosa e sempre com a atenção voltada para a porta de acesso ao recinto, ao qual todos os que compareceram eram abordados por duas moças procurando saber de qual Colégio faziam parte e o que achavam da referida reunião, as mesmas procuravam examinar até mesmo livros e cadernos que os presentes conduziam.

Em seguida falou o prof. Aluisio Barrós Leal, Presidente do Sindicato dos Diretores dos Estabelecimentos de Ensino do Ce.; Prof. Roberto Martins; Prof. Oscar, Presidente SENEG, e Diretor do Colégio Júlia Jorge;

Mario Albuquerque Filho, 2º vice-presidente do CESC e elemento fichado como subversivo; iniciou falando sobre a necessidade de ser criado um Grêmio que substituísse o CESC, (esta entidade, / era dirigida comunistas e constituia unaverdadeiro foco de agitações, greves, quebra-quebra e apedrejamentos, bem como, várias pedras de respeito às autoridades constitucionais sempre formando ao lado / do pacto sindical, voz do C.G.T. no Ceará e PUA em todas as greves reivindicatórias, etc.); disse que estava planejando no meio mais / eficiente do que o quebra-quebra com o fim de evitar a extinção da meia passagem.

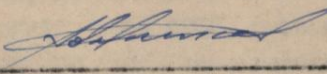
Por último usou da palavra o estudante "Veras", Presidente do Centro Estudantil de Camocim, elogiado o C.L.E.C. e defendendo a meia passagem.

Ficou marcada para hoje, dia 27, às 17:00 horas no C.E.S.C.E. uma reunião de todos os Diretores de Colegios, sendo também permitida a presença de estudantes.

Convém salientar que no início da reunião estavam presentes

trinta e duas(32) pessoas e por ocasião do último orador somente se encontravam dezoito(18) pessoas.

Fortaleza, 27 de Abril de 1967.



46

CONFIDENCIAL

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO CEARÁ - ADUFC - INFORME

Os últimos informes que distribuímos registravam o crescimento da coesão dos professores brasileiros em torno das suas reivindicações básicas, enquanto evidenciavam também o enclausuramento das autoridades governamentais, fechadas no mutismo, descaso e indiferença. A organização dos professores no plano nacional tem feito prevalecer a posição do diálogo tentado por diferentes formas, neste ano e meio de encaminhamento da luta. As contradições objetivas da política educacional marginalizando a figura do professor e retirando das universidades suas condições mínimas de trabalho, estão agora, de tal modo agilizadas que só nos resta apelar para instrumentos de pressão mais forte. A greve dos professores do ensino superior, por tempo indeterminado, foi decretada pelo Governo, no momento em que, retoricamente falando em diálogo, aboliu-o de sua prática. Os professores universitários não chegariam a este gesto, se tivesse sido efetivamente de diálogo, a posição do governo brasileiro. Nós da UFC temos refletido as propostas da coordenação nacional a cada passo definido pelo conjunto das Associações Docentes.

Neste sentido a ADUFC realizou uma série de discussões e lutas que culminaram com dois movimentos de paralisação:

- em 11 e 12 de junho, tendo o plebiscito como forma de consulta;
- de 8 a 13 de setembro, com decisão retirada em Assembléia (09.09/80), que contou com quase 500 professores.

Durante as duas paralisações a crise da universidade foi discutida ao âmbito de cada Departamento e, por ocasião da Semana da Luta e Mobilização (8 a 13/09), realizou-se assembléia geral, onde ficou decidido que:

1. é importante que o movimento reivindicatório seja desenvolvido em nível nacional;
2. propor à Coordenação Nacional que se espere até o dia 15 de outubro por uma solução e, caso nada seja resolvido, se decida por uma greve nacional por tempo indeterminado;
3. considerar aquela Assembléia como uma Assembléia Geral Permanente da ADUFC até a decisão nacional, bem como, desenvolver um trabalho contínuo de mobilização da categoria, no sentido de garantir uma participação maior e um maior nível de organização;
4. desenvolver um amplo trabalho de esclarecimento da opinião pública, de maneira a atingir, outras entidades profissionais, parlamentares, autoridades e o povo em geral.

Não houve nenhuma resposta às nossas reivindicações. As manifestações das autoridades governamentais no dia do professor e do funcionário público apenas

CONFIDENCIAL

~~Confidencial~~



ESTADO DO CEARÁ
SERVIÇO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES
SSI/7 - ~~XXXXXXXXXX~~ - UECE -



ENCAMINHAMENTO 51/80 - UECE -

~~XXXXXXXXXX~~ Nº / SSI/7

Data : 18 de Dezembro de 1980
Ass : DEMISSÃO DE PROFESSOR
Origem : SSI/7 - UECE
Difusão : AC / SEI / CE
Referência : ----
Anexo : Of. S/N de 16 Dez 80

Esta Seção encaminha para conhecimento dessa Agência Central, o Ofício anexo, em que o Professor SALENILSON CEZAR DE SOUZA solicita ao Magnífico Reitor da UECE, seu afastamento do cargo de Chefe do Departamento de Matemática do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade.

O Professor Salenilson tentou, juntamente com outros professores, convencer a maioria dos docentes do Centro a não 'ministrar disciplinas de férias, sob a alegativa de que, durante o recesso escolar, estavam sofrendo adaptação salarial.

Referido mestre teria tomado conhecimento de que o Magnífico Reitor, sabendo de suas atitudes no âmbito de seu Departamento, iria demití-lo.

Para substituir o professor Salenilson foi nomeado interinamente, o professor Aldo Marques da Silva.

EFL / jgs.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA
DOCUMENTO.
(ART. 62 - DEC. Nº 60417/67 REGULAMENTO
PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SI-
GILOSOS.

NÃO nos parecem boas as perspectivas de um bom relacionamento, a nível de entendimento mútuo, entre as autoridades educacionais e os estudantes universitários. Pode-se dizer, é verdade, que o posicionamento do Ministério da Educação e Cultura já era esperado e que, em consequência, o documento entregue ao Conselho de Reitoria não causou grandes surpresas.

A definição de prioridade em favor do ensino não universitário, por exemplo, não contém nada de realmente novo. A questão, no essencial, é que as verbas oficiais, apesar da destinação que lhe era conferida, findavam remanejadas, transferidas, passando a dar atendimento às solicitações de setores mais ativos da comunidade estudantil. A novidade, portanto, é a decisão agora adotada de não inverter os pólos da situação.

07000 15/11/81

Ministério inverte os pólos da educação

A partir daí, necessariamente, o desencontro entre a nova programação do MEC e as reivindicações dos universitários é evidente e total. E isto porque nenhuma das questões submetidas à consideração do Ministério foram aceitas, isto é: nem reconhecimento da UNE — União Nacional dos Estudantes, nem anistia das dívidas do crédito educativo.

DO mesmo modo, o Ministério não concorda com a expansão da rede federal do ensino, não pretende conceder maior ajuda às instituições particulares, menos ainda congelar as anuidades. Para o ministro Rubem Ludwig, "o grande desafio é promover o atendimento de 7 milhões de crianças em idade escolar, que ainda não receberam os benefícios da edu-

cação". Só depois disso é que serão atendidas as necessidades do ensino superior, ainda assim com a advertência de que o aprimoramento do ensino deve ocorrer "em todos os seus níveis".

NÃO é preciso ser adivinho para saber que os conflitos serão inevitáveis. Principalmente, se levarmos em conta que a conciliação é meta que se distancia, a cada momento, tanto mais quando as divergências tomam vulto, com inquéritos, de um lado, já em andamento e, de outro, a radicalização das posições, precisamente em defesa das reivindicações vetadas.

NÃO se trata, no entanto, de um quadro novo, de uma situação somente agora

identificada. Porque, em verdade, sempre que se abrem novos espaços às liberdades públicas, à livre manifestação do pensamento e de organização, os estudantes universitários assumem plenamente a sua identidade como o núcleo mais violento do processo dialético que se convencionou em chamar de "conflito de gerações". A contestação ideológica, todavia, tem sido e será tanto mais assimilada, quanto mais forte e legitimado estiver o sistema democrático.

DE qualquer modo, porém, há um fato novo a destacar: o comportamento dos reitores, que pretendem assumir apenas o papel de ligação entre o Governo e a comunidade universitária, quando o que o Ministério deseja, claramente, é que se portem como delegados do poder, porquanto, embora eleitos em listas sêxtuplas, foram escolhidos e nomeados pelo Presidente da República.

CONFIDENCIAL



ESTADO DO CEARÁ
SERVIÇO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES

SSI/7 - ██████████ - UECE -



ENCAMINHAMENTO 04/81 - UECE -
EXORAMA N.º / SSI/7

Data: 25 de março de 1981
Ass: MOVIMENTO ESTUDANTIL
Origem: SSI/7 - UECE
Difusão: AC / SEI / CE
Referência: ----
Anexo: 01 Panfleto "GREVE GERAL", da UNE

Esta Seção encaminha para conhecimento dessa Agência Central, o panfleto anexo, apreendido no Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará-UECE.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO
(ART. 12 - DEC. 79.099 DE 03 J - 81)
- R S A S

CONFIDENCIAL

(02)

Durante a Assembléia, uma comissão de alunos foi até à Reitoria convidar ao Reitor para vir tentar dialogar com os estudantes, porém, o mesmo não se encontrava mais na universidade.

O movimento conta com o apoio de algumas instituições oficiais, OAB e alguns parlamentares.

Hoje à tarde, 11 MAR 80, grande número de estudantes deverá comparecer à Assembléia Legislativa do Estado, para reunir-se com alguns Deputados.

Entre outros alunos manifestantes, conseguimos identificar: JUNIOR (DIREITO/UNIFOR), NÚBIA, LAURENTINO (UNIFOR), ARSÊNIO RIBEIRO FLEXA (UFQ) e SANDRO OG TELES DA PONTE (UFC).

É o que temos a informar.

Fortaleza, 11 de março de 1980.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVIÇO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

RELATÓRIO

Do: Agente "Ozasko"
 Ao: Subchefe da 3ª Subchefia
 Assunto: Reunião da Comissão Pró-CESC
 Data/Hora: 24 de maio de 1980, às 16:30 horas
 Local: Sede do DCE, da UFC

Estiveram presentes a referida reunião os alunos: Ana, Edilberto, Lúcia, Osmar, Haroldo, Flávio, Damísio e outros.

A primeira pauta a ser discutida foi sobre as assinaturas (a baixo-assinados referentes ao congelamento das taxas escolares). Depois a formação de Comissões para as realizações dos trabalhos.

Uma destas Comissões ficou destinada a obter informações junto ao Conselho Estadual de Educação, sobre os percentuais de aumento das taxas escolares, não mais ao MEC/CE, como ficou acertado anteriormente.

Foi lembrado, mais uma vez, que para estas lutas seria melhor convocar todos os colégios, para mais um novo encontro municipal; também conscientizar os alunos, em termos gerais, do que realmente está acontecendo à classe estudantil. Ainda em tempo falou o aluno Haroldo, dizendo: "Não devemos esquecer que os pais também são bandeiras da nossa luta."

No decorrer da reunião chegou um membro do CBA (Sérgio Santos Marques) convidando os presentes para uma palestra sobre os últimos acontecimentos no tocante à Lei de Segurança Nacional, que envolve prisões de alunos em São Paulo e o assassinato de um líder do DCA em Campo Grande-MTS. A reunião estava marcada para às 17:00 hs na sede do CBA.

A aluna Lúcia confirmou para os dias 13, 14 e 15 de setembro próximo o Encontro Nacional dos Estudantes Secundaristas, em Fortaleza.

Um aluno da UFC convidou um representante da Pró-CESC a se

Segue

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

2

fazer presente às instalações do CEBRADE (Centro Brasileiro Democrático) no dia 24 de maio, no Auditório da Associação Cearense de Imprensa (ACI).

Logo após a reunião, o aluno Danúcio formulou convite para que todos se fizessem presentes à Escola Técnica Federal, com a finalidade de assistirem às eleições do Centro Cívico.

Dando prosseguimento, um aluno da UFC introduziu-se na reunião, dando opiniões dentro das pautas em discussão. Em seu pronunciamento, disse ser mais lógico convocar uma Comissão Pró-UMES com pessoas mais capacitadas e diplomáticas, para as negociações futuras. Essa Idéia causou distorções e, destas, uma discussão, quase havendo agressão física. Em virtude desse ambiente tenso, foi marcada nova reunião para o dia 31 de maio, corrente, na sede do DCE.

Fortaleza, 24 de maio de 1980.

Edmundo Demóstenes Moreira

CONFIDENCIAL

ESTADO DO CEARÁ
SERVIÇO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

24
CONFIDENCIAL

DO :.....

AO : SR VICE-CHEFE DO SEI

ASS: ATO PÚBLICO PROMOVIDO PELOS UNIVERSITÁRIOS DA U.F.C.

DATA: 14 AGO 1980

O B J E T I V O :- Assistir o Ato em referência.

E X E C U Ç Ã O :- Em cumprimento à determinação de V.Sª. em torno do objetivo em causa, constatou-se o seguinte:-

- O Ato em foco realizou-se na Praça -José de Alencar, em repúdio ao fechamento do Restaurante Universitário. Teve início às 17:30 horas e término às 19:00 (aproximadamente).

- Falaram vários universitários, destacando-se alguns, bem como os Deputados Federais: Iranildo Pereira e Cristina Tavares, de Pernambuco e, a Deputada Est.PMDB - Maria Luiza Fontenete de Almeida.

-ORADORES:-

1º) José Clodoveu de Arruda Neto "VEVEU", membro do Diretório Central dos Estudantes da U.F.Ce., coordenou o referido evento e ressaltou que, o citado Ato teve como objetivo desencadear um movimento em protesto ao fechamento do Restaurante Universitário, que foi uma medida arbitrária e desumana praticada pelo Reitor; querendo reabrir o mesmo, porém, limitando o número de universitário para terem acesso ao mesmo, através de uma seleção, alegando falta de verba, mas os estudantes estão unidos e iriam de qualquer maneira saírem vitoriosos.

2º) O Secretário Geral do D.C.E., conhecido por " GUSTAVO " revelou que, o Reitor tem demonstrado, não ser representante da classe universitária e sim, desta " DITADURA FASCISTA" manobrada pelas multinacionais. Adiantou que, que a luta irá continuar e que os estudantes dando prova de altivez e coragem já invadiram o RU uma residência universitária. Frisou que, às vezes que, membros do D.C.E., se dirigiram ao Reitor, o qual sempre saia pela tangente com vocábulos bonitos da Sociologia Francesa, querendo convencer os estudantes com demagogia e cinismo, estando a serviço das

CONFIDENCIAL

-SEGUE-

Continuação do R.D.S/Nº.....Fls.02

CONFIDENCIAL

multinacionais e desta " DITADURA SANGRENTO ". Realçou que, não justificava não haver verba para o RU., pois, existe uma mordomia no planalto exorbitante. Salientou que no Planalto é comprado por 50 quilos de alho enquanto no RU., quase não existe; no Planalto é comprado por mês 200 quilos de maçãs enquanto no RU não existe nem 50 gramas.

3º) - SANDRO OG TELES DA PONTES, membro do Centro Acadêmico de Economia, assim se expressou:-

" Companheiros, esse Reitor desde que foi imposto, vem talhando os interesses da gente. E com essa ação criminosa, fechando o nosso Restaurante Universitário tem demonstrado mais uma vez que está serviço das multinacionais e desta DITADURA FAJUTA, MALDITA. Esse DITADOR -JOÃO FIGUEIREDO vem sendo um verdadeiro fantoche das multinacionais e do imperialismo americano. Antes do golpe de 64, a verba para educação dera de 12% e atualmente é uma miséria de apenas 4,8%. É intenção do Ditador -Figueiredo acabar com o ensino gratuito, a fim de impedir que os filhos de agricultores e de outras pessoas pobres ingressem nas Universidades. Só temos um jeito é unirmos e encetar movimentos populares para derrubar este regime fascista.

4º) Um Universitário, de identidade desconhecida, alegando integrar o Comitê Brasileiro pela Anistia-CBA-Ce frisou que, o fechamento do RU nada mais é do que o fruto de uma ditadura cruel e sanguinária que só vem matando o povo e agora está querendo impedir que os filhos de camponeses e de outras classes mais humildes ingressem nas Universidades. Adiantou que, o Ditador -Figueiredo, não fornece verba para a educação, mas sabe destinar 30% para as Forças Armadas. Disse que, o Presidente -Figueiredo teve o cinismo de ir às Câmaras de Televisão alegando que iria estender a mão ao povo em prol de uma democracia; enquanto, na verdade vem matando, torturando o povo e agora vem acobertando atos de terrorismo da direita praticados contra a imprensa alternativa, sendo responsável pelos atentados contra as bancas dos jornais independentes. Finalizou, alegando que o povo tem que se unir para acabar a Lei de Segurança Nacional e derrubar o regime.

5) Outros Universitários da UFC., falaram cujas elocuções consistiram nas mesmas tônicas acima referenciadas.

CONFIDENCIAL

-SEGUE-



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Delegacia de Ordem Política e Social
Seção de Investigações e Segurança Política

CONFIDENCIAL

03

DATA:
22/Fevereiro/1972

INFORMAÇÃO	X	PEDIDO DE BUSCA	N.º	CLASSIFICAÇÃO
INFORME		ENCAMINHAMENTO	73/72	
ASSUNTO: IVAN GONÇALVES VIEIRA				
ORIGEM: SISP/DOPS				
DIFUSÃO: SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA				
REFERÊNCIA: PETIÇÃO				
ANEXO: PETIÇÃO:				
DADOS INFORMATIVOS	X			
DADOS CONHECIDOS				

Com relação ao pedido de cancelamento de nota existente nesta DOPS contra o epigrafado, temos a informar:

1. Que o mesmo figura em relação vinda do Departamento Jurídico da Universidade Federal do Ceará, por ter sido enquadrado no art. 8º do Ato Institucional, sendo seu processo arquivado posteriormente por improcedência das acusações.

2. O citado artigo punia os estudantes por // atos indisciplinados, sendo que, aos estudantes julgados culpados eram aplicadas as seguintes sanções:

- a) Até 31 de dezembro de 1965, não poderiam os mesmos:
1. Votarem ou serem votados para os órgãos de representação estudantil.
 2. Gozarem de bolsas de estudo da Universidade.
 3. Participarem de excursões e de delegações / oficiais.
 4. Serem admitidos como auxiliares de professores ou monitores e, depois de graduados, como instrutores ou assistentes.

b) Não receberem em 1964, grau na solenidade / única de colação de grau, sendo-lhes o respectivo grau conferido posteriormente, na secretaria do estabelecimento. / Ivan Vieira

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO GILO DESTES DOCUMENTOS.
T.O. (Art. 62 - Dec. 60.417/67 - Regulamento
da Segurança do Assunto Subscrito)



CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SERVIÇO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

SINÓPSE INFORMATIVA Nº 05 - 08-JUN-1979

A) - CAMPO POLÍTICO

1) - NACIONAL

U.N.E.

- Como estava previsto, realizou-se o Congresso de Salvador para reconstituição da UNE, nos dias 29 e 30 do mês de maio p.passado, num clima de tranquilidade, motivado talvez, pela maneira como o Governo encarou o problema, tendo, inclusive, enviado mensagem ao Congresso propondo a revogação dos Decretos 477 e 228.

A Carta de Princípios, elaborada depois de acirrada disputa entre os grupos mais radicais e moderados, parece voltada, em suas linhas gerais, unicamente para os problemas estudantis.

O Princípio nº 7, no entanto, abaixo transcrito, por si só, dá à UNE em vias de reestruturação, um caráter eminentemente subversivo.

"A UNE deve lutar contra todas as forças de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro."

DECLARAÇÕES DOS PORTA-VOZES DO GOVERNO

- Tem havido uma falta de coordenação prévia entre alguns Ministros e Líderes do Governo, ensejando pronunciamentos contraditórios. Para evitar fatos desta natureza, está sendo

CONFIDENCIAL

-segue-